



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Faculdade de Formação de Professores

Departamento de Ciências Humanas

Monique Santana de Oliveira Sousa

**O Dicotômico Abreu e Lima: Monarquia Brasileira e Repúblicas Sul-Americanas
no Século XIX.**

São Gonçalo

2016

Monique Santana de Oliveira Sousa

**O Dicotômico Abreu e Lima: Monarquia Brasileira e Repúblicas Sul-Americanas
no Século XIX**

Monografia apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro sob a orientação do professor Eduardo Scheidt.

Orientador: Prof^oDr^o: Eduardo Scheidt

São Gonçalo
2016

Monique Santana de Oliveira Sousa

**O Dicotômico Abreu e Lima: Monarquia Brasileira e Repúblicas Sul-Americanas
no Século XIX**

Monografia apresentada como requisito obrigatório para obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro sob a orientação do professor Eduardo Scheidt.

Aprovado em _____

Banca Examinadora _____

Prof^oDr^o Eduardo Scheidt

Prof^oDr^o Gustavo Villela Lima da Costa

São Gonçalo
2016

Dedicatória

Dedico essa monografia aos meus pais, Rosangela Sousa e Evandro Sousa e ao meu irmão Thiago Sousa que em todo o momento estiveram ao meu lado, me apoiaram, me sustentaram nos momentos difíceis e me ajudaram a alcançar os meus sonhos com a graça de Deus.

Dedico também, a Bruno Barbosa, meu amor e grande amigo que nunca mediu esforços para me ajudar.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por me manter firme em meio às tribulações, por me dar sabedoria e por encher o meu coração de fé e esperança.

A minha família querida, minha mãe Rosângela Sousa, meu pai Evandro Sousa, meu irmão Thiago Sousa por acreditarem em mim, pelos valiosos conselhos, por serem meus ouvintes e “co-orientadores”.

Agradeço ao meu amado Bruno Barbosa que esteve ao meu lado a todo o momento. Obrigada, meu caro, por sempre me incentivar nos meus estudos, por pesquisar junto comigo e por comprar e achar livros quase inexistentes.

Agradeço ao meu querido orientador Eduardo Scheidt, por me direcionar nas pesquisas e pela sua enorme paciência para comigo e também ao meu orientador crítico, Gustavo Villela, pelos ricos ensinamentos, conselhos e palavras de animo.

A todos os membros da Igreja Metodista Wesleyana de Manguinhos em Armação dos Búzios pelo apoio e orações.

A minha querida amiga Renata Melo e ao meu amigo Raphael Camelo que liam pacientemente os meus textos nos intervalos do estágio no AGCRJ.

Ao Neto Almeida, que tive a honra de conhecer em um dos congressos que participei e que muito me auxiliou nas bibliografias da minha pesquisa.

Ao meu primo, Eduardo Nunes e minha querida amiga Grasielle Oliveira, por aprimorarem os meus textos e deixa-los mais apresentáveis.

O meu muito obrigado aos meus colegas de curso pela motivação, indicações bibliográficas e a amizade que ultrapassa a sala de aula, em especial aos meus “chuchus” que me aturaram e ajudaram muito: Érika Araújo, Romualdo Júnior e Saulo Farias.

Agradeço ao Alan Dutra que gentilmente conseguiu a cópia de um documento que eu necessitava para enriquecer a minha pesquisa.

O meu sincero muito obrigada a minha querida professora de Espanhol, Angélica Maria Costa pelos seus ensinamentos e dicas que muito contribuíram para que esse trabalho fosse concluído com êxito.

Obrigada à equipe da Biblioteca Nacional, por me ajudar, pacientemente nas minhas pesquisas e ao Instituto Abreu e Lima por disponibilizar a documentação acerca de Abreu e Lima.

Agradeço ainda aos meus amigos Latinos (SherGranados, KerlynGarcia, Pablo Romero, AlejandraVargas, GabrielTerra, Marvin, Alejandro, OmarColín, Renata Castro, Juan Pablo, Leonardo Bezerra, MarleVásquez, etc) presentes que o Chile me deu, gracias por la amistad y por los consejos,ustedes fueron la verdadera inspiración para este trabajo,-j *Pura Vida!* - .

Sumário

Dedicatória -----	04
Agradecimentos-----	05
Introdução-----	08
Capítulo I- -----	09
A trajetória de um General	
Capítulo II -----	25
Da Revolução á Reforma: Os tramites para uma possível República e a intensa defesa pela Lei Fundamental	
Capítulo III -----	36
As comparações do General e a sutil Latinidade Brasileira	
Conclusão-----	46
Bibliografia-----	47
Anexos-----	50

Introdução

Esse trabalho iniciou com o projeto¹ de Iniciação Científica pela FAPERJ orientado por Eduardo Scheidt, a partir desse desenvolvi essa pesquisa que se tornou o meu trabalho de monografia. Nele será tratado acerca da Monarquia brasileira e Repúblicas Sul-Americanas no século XIX, pela ótica do General José Inácio de Abreu e Lima. Abreu e Lima era Pernambucano, nascido no ano de 1794, viu seu pai, participante da Revolução Pernambucana (1817), ser condenado a morte. Fugido, se alistou ao exército do Libertador Simon Bolívar para lutar nas guerras de emancipação hispânica, foi consagrado a General e após a morte de Bolívar e fragmentação da Grã-Colômbia voltou a sua terra natal. De volta ao Brasil, foi redator de periódicos como a Arca de Noé, o Raio de Júpiter e a Barca de São Pedro. Em seus escritos enfatizava rigorosamente a Monarquia como governo ideal para a sociedade Brasileira. Abreu e Lima, apesar de ter formado a República em outros países e ter lutado bravamente por ela, preferia defender no seu país a Monarquia, devido à diferença da colonização, a baixa educação e a escravidão como base da economia brasileira. Por esse motivo a palavra “dicotomia” no título do texto define bem a filosofia de Abreu e Lima. Segundo o General não existia um modelo ideal de governo que fosse cabível a todos os tipos de sociedade, pelo contrário, cada sociedade necessitava de uma forma de governo diferente, no caso do Brasil, a Monarquia seria o modelo de governo que evitaria a desfragmentação do enorme território e a anarquia. No primeiro capítulo será abordado acerca da vida de Abreu e Lima, quem ele era, sua trajetória até chegar a ser General, sua filosofia e suas batalhas. No segundo capítulo, o retorno de Abreu e Lima ao Brasil, o desenvolvimento das suas ideias, as suas publicações acerca da Monarquia, sobretudo acerca do seu artigo *Bosquejo histórico, político e literário do Brasil* documento principal para a escrita desse trabalho. No terceiro e último capítulo, será tratado sobre a visão do Brasil acerca da América Latina, o significado de América Latina e o pertencimento do Brasil ressaltando o distanciamento do Brasil a essa latinidade.

¹Projeto: “A Construção das fronteiras da Região Platina por Historiadores do Século XIX.” – ProfºDrº Eduardo Scheidt.”

Capítulo I – A trajetória de um General

O general de Bolívar e pernambucano, José Inácio de Abreu e Lima, foi um personagem dicotômico, que por um lado bradava pela monarquia e por outro pela república, em que a primeira se aplicaria ao Brasil e a segunda aos demais países Sul-Americanos. Abreu e Lima nasceu em 06 de abril de 1794 em Pernambuco, onde viveu uma época marcada por grandes transformações políticas, sociais e econômicas. Foi pouco lembrado na sua terra natal (Brasil), porém foi reconhecido com honra na Colômbia. A atenção de sua pátria se dá quando o presidente da Venezuela, Luis Herrera Campés, junto com oficiais e intelectuais, visitou o seu túmulo em Pernambuco, em 1981.

“É preciso compreender que os homens e as mulheres são frutos de suas épocas e dos meios em que vivem. Isso não significa que as pessoas sejam “escravas” de seu tempo e que não queiram transformar a sua realidade. Mas não é possível compreender Abreu e Lima sem considerar as influências filosóficas e os acontecimentos históricos que ele vivenciou em sua história.” (MAZIN; STEDILE, 2006, p.6)

Em 1807, as tropas Napoleônicas vinham da França em direção a Lisboa com o objetivo de expandir seu território. A Coroa Portuguesa, sem possibilidades de resistir a essa possível invasão, tomou uma decisão delicada, transferindo-se para a colônia – Brasil – com o apoio Britânico. A Inglaterra, por sua vez, intensificava as pressões em prol da abertura do comércio com essa terra e, ao mesmo tempo, enobrecia-se diplomaticamente frente a Napoleão, imperador da França.

A Corte Portuguesa instalou-se no Rio de Janeiro, a população cresceu e diversificou-se, possibilitando a Abreu e Lima ampliar suas experiências políticas e culturais, pois a capital do reino, onde Abreu e Lima passou parte de sua vida dedicando-se aos estudos na Academia Militar no Rio de Janeiro, tornou-se o ponto central das relações sociais, comerciais e políticas, onde se juntavam burocratas, militares e escravos. Em outras palavras, o Rio de Janeiro, com a transferência da Corte Portuguesa, tornou-se o ponto mais importante e centro das atividades comerciais com maior interação com a metrópole e as demais regiões. Contudo ainda mantinha fortes laços coloniais: era um progresso em atraso.

“(...) Espremida entre o mar e uma série de manguezais insalubres do Morro do Castelo ao de São Bento, delineada por ruas estreitas e tortuosas, com casas desprovidas de comodidades e serviços públicos precários, faltava-lhe, na expressão de uma testemunha, “gente branca, luxo, boas estradas”.” (MACHADO; NEVES, 1999, p.30-31)

Esta situação despertava a preocupação de fazer o Rio de Janeiro se parecer com Lisboa. Para tal idealização foram feitas diversas obras nas ruas, desenvolvimento do comércio de luxo, melhorias na saúde pública e foi criado o policiamento na cidade em prol da moral e dos bons costumes.

As mudanças do meio social em seus âmbitos políticos, sociais e econômicos ocorreram devido a uma pressão externa do capitalismo, que estava em ascensão, e não pelo nascimento de uma nova sociedade. (SALLES, 1996, p.39)

Para além dessas modificações no novo cenário da Corte foram criadas instituições como a Escola da Marinha, Jardim Botânico, Banco do Brasil, Biblioteca Nacional, fábrica de pólvora, entre outras para que o Rio de Janeiro se enquadrasse nos moldes de um Império, pois a presença da Corte exigia uma modificação brusca no estilo de vida que se tinha no Brasil.

Todas essas alterações na sociedade brasileira são uma utopia, pois nenhuma mudança é capaz de barrar as tradições populares, tais como as festas de rua e o carnaval, por exemplo. O que Bakhtin chama de “Realismo Grotesco”². (MACHADO; NEVES, 1999, p.46)

O Brasil era tão regionalizado que não havia um sentimento de união; a metrópole se tornou o Rio de Janeiro e não o Brasil como um todo, fato este que fez com que o Rio de Janeiro tivesse mais poder a ponto de alcançar um nível de soberania sobre as demais regiões, causando um sentimento de revolta, não havendo, assim, espaço para união.

A idealização de “República”³ tinha a sua estirpe no iluminismo e no liberalismo: em suma, por mais que a sociedade mantivesse os seus traços tipicamente coloniais, a segurança da imagem do rei centralizado e a hegemonia interna criavam mecanismos

²Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Humberto Fernandes Machado, explicam, com base na tese de “Realismo Grotesco” de Mikhail Bakhtin, que nenhuma dessas transformações impostas, os festejos e as tradições fabricadas pela Monarquia chegaram ao ponto de exterminar os velhos hábitos.

Ver também: BAKHTIN, Mikhail. Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais. Trad. Yara Frateschi Vargas. Brasília/São Paulo: UNB/Hucitec, 1987.

³ República esta no sentido de uma sociedade politicamente independente. No caso do Brasil, sem vínculos com a metrópole Portuguesa. Neste momento não era projetado uma República democrática, a abolição da escravidão, por exemplo, era algo inconcebível naquele momento, pois via nela a base do sistema social, deste modo, a República seria algo construído pela elite em prol de seus interesses.

para que as regiões brasileiras seguissem os comandos do Rio de Janeiro, a Nova Lisboa, ainda que contra a sua vontade.

O temor de que houvesse um movimento semelhante ao “Haitianismo”⁴ colaborou para formar uma unidade pela segurança e preservação da ordem entre o Rio de Janeiro e as demais regiões brasileiras. De acordo com Maria Odila, a Revolução do Haiti, revolta de escravos liderada por Toussaint L’Ouverture em prol da igualdade entre colônia e metrópole que acarretou na independência do Haiti em 1804 após muitas mortes de civis e militares, gerou pavor em toda a América e, a partir disso, tentava-se evitar que movimentos como esse se repetissem. O medo nas classes dominantes brasileiras motivou a união do Rio de Janeiro com as demais regiões, sendo essa a estratégia para evitar uma revolução conduzida pelas massas com objetivo de uma independência, a fim de instaurar uma república. Logo, para prevenir que alguma manifestação de cunho separatista ocorresse, a solução foi buscar uma unidade entre as elites do Brasil, ou seja, um interesse comum de controlar as massas e excluí-las da participação política, no sentido de que o movimento de independência fosse realizado pelas elites sem tumultos ou revoluções.

“[...] A escravidão constituiria o limite do liberalismo no Brasil. Em todos os movimentos revolucionários levantou-se o problema da escravidão. Apesar das eventuais divergências de pontos de vista entre os participantes, acabou prevalecendo sempre à opinião dos que eram contrários à emancipação dos escravos. A ideia de revolução esbarrava sempre no receio de uma revolta de escravos. [...] O horror às multidões e o receio de um levante de negros levariam essas elites a repelir as formas mais democráticas de governo e a temer qualquer mobilização de massa, encarando com simpatia a ideia de conquistar a Independência com a ajuda do príncipe regente.” (VIOTTI, 2010, p.32-33).

Após o exílio de Napoleão para a Ilha de Elva, Portugal, estrategicamente, criou laços com outras Cortes da Europa, exemplo disso, foi o casamento entre membros da família real, como o de D. Pedro com a princesa Leopoldina da Áustria em 1816. A Inglaterra, em oposição à situação, tentou persuadir D. João a retornar à Europa, justificando que Lisboa estava vulnerável sem a presença do rei. Entretanto, o Brasil, a

⁴ Para este conceito, ver a obra de: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo. Alameda. 2005.

colônia submetida a Coroa Portuguesa, adquiriu grande prestígio ao ser elevado à categoria de Reino Unido a Portugal, desse modo D. João assegurou a permanência da Corte no Brasil.

Nesse contexto, os ingleses começam a pressionar a corte portuguesa, com o intuito de acabar com o tráfico negreiro, o que não foi acatado num primeiro momento, pois D. João ressaltava que o tráfico negreiro era “indispensável à prosperidade das suas colônias.” (MACHADO; NEVES, 1999,p.57-58).

O Brasil estava em ascensão como Império, porém suas raízes estavam fincadas na escravidão, sejam nos princípios liberais, econômicos sociais, ou políticos ideológicos. Logo, moldar o Brasil no projeto Imperial seria fazer uma “revolução para fora” (SALLES, 1996, p.97) ⁵, de modo que a sociedade progredisse sem alterar suas bases, como por exemplo, a escravidão, que era suporte fundamental para a sociedade brasileira, representando “(...)símbolo de poder, riqueza e status social.” (SALLES, 1996, p.147).

A inversão de papéis entre Brasil e Portugal, que se estabelecia a partir do Império luso-brasileiro, deixava Portugal à margem, em um local periférico e “quase sem pátria” ⁶, um dos fatores que eclodiuna Revolução do Porto em 1820 e, por consequência, no retorno de D. João VI para Portugal, o que faz com que D. Pedro assumo o poder no Brasil.

“(…) A regeneração portuguesa promovia assim o aparecimento dos mecanismos típicos de uma monarquia constitucional moderna.” (MACHADO; NEVES, 1999, p.76)

Em 1822, o Brasil conseguiu sua independência, todavia, sua emancipação foi um processo de longa duração, pois não foi constituída nos moldes de uma república. Diferente do que ocorreu no Haiti, Estados Unidos e na América Espanhola, no Brasil, foi constituída uma Monarquia Constitucional que tinha como regente o príncipe D. Pedro que governava amparado por uma Assembleia Constituinte, responsável administração e elaboração das leis que regiam esse sistema.

Nessa conjuntura, a Independência não era sinônimo de emancipação ou autonomia administrativa, tanto que a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil suprime, de

⁵De acordo com Ricardo Salles a “revolução para fora”, criaria e modificaria os mecanismos políticos, ideológicos e culturais sem que alterasse a ordem e princípios sociais internos.

⁶ Com a elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e o Rio de Janeiro como a Nova Lisboa; todas as atenções se voltaram para o Brasil, com isso, Portugal, centro das atenções anteriormente, ficava sem a figura do rei que representava a ordem em sua nação.

alguma maneira, a ideia de um Brasil totalmente independente da metrópole, uma vez que as questões político-administrativas eram sancionadas por Portugal.

A Monarquia instaurada no Brasil, por sua vez, era como uma “planta exótica” (NABUCO, 1899, p.32) na América, devida o seu antagonismo de uma Independência dependente. Isto é, trata-se de uma Monarquia Constitucional, com laços rígidos com a metrópole, que não ocorreu separação, não cessou os vínculos, mas a ordem foi reformulada sem que permutasse a sua estrutura.

“[...] o que estava em pauta não era a separação e sim a organização de um governo constitucional e representativo que redefinisse não apenas o exercício de poder, mas os vínculos políticos e econômicos entre as províncias do Brasil, a corte no Rio de Janeiro, o rei de Portugal. [...]” (OLIVEIRA, 1999, p.20).

Na “independência de 1822”⁷ não ocorreu uma ruptura total entre metrópole e colônia, porque, em todo o processo, Portugal tentava controlar a sociedade colonial com base nos critérios de organização governamental utilizados na metrópole, a fim de evitar ideais separatistas e republicanos, porém o pensamento de emancipação política de Portugal, ainda que de forma sutil, sempre esteve presente na elite brasileira.

A Revolta Beckman, no Maranhão; o Conflito entre os Emboabas e Mascates; a Inconfidência Mineira; a Insurreição dos Alfaiates; a Conjuração dos Suassunas; e outras revoltas, influenciadas ora pelas ideias de liberdade e ideias do iluminismo, ora pela Revolução Francesa, fizeram ascender às reivindicações de independência política no Brasil.

A Revolução de 1817, por exemplo, não seria diferente ao “antiportuguesismo generalizado” (VIOTTI, 2010, p.35). A revolta teve início no Recife, em de março do decorrente ano, composta por membros de diversas repartições sociais, tais como padres, militares, juizes, proprietários de terras e artesões. Com o apoio das províncias do Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba, foi instaurado um governo provisório que, segundo o historiador José Honório Rodrigues, foi a primeira Constituição feita literalmente por brasileiros.

⁷ A Proclamação da Independência de 1822 não fez do Brasil um país literalmente independente, pois ainda estava sujeito e entrelaçado aos comandos de Portugal. Neste momento, se tornava uma Monarquia Constitucional regida por D. Pedro. A separação definitiva de Portugal, em seus moldes políticos, ocorreu apenas em 1889 com a Proclamação da República.

“(...) os liberais revolucionários recifenses tomavam de assalto os quartéis, matando ou aprisionando os oficiais portugueses, e proclamando uma república que duraria quase três meses, legislando e administrando sob bandeira e constituição próprias. Era outro passo na marcha brasileira para a independência política e já com propostas sociais radicais.” (CHACON, 1983, p.43)

Esses movimentos eram consequências dos ventos revolucionários que vinham das bibliotecas com obras de Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Tocqueville e outros clássicos que contagiaram o cenário brasileiro com influências da Europa e também dos Estados Unidos, que haviam conquistado sua independência da Inglaterra, formando, agora, uma federação republicana.

A revolução de 1817 criou alvoroços, despertando o sonho de emancipação política de Portugal e foi criada uma Constituição com um governo provisório, em contrapartida muitos dos que se rebelaram ou fugiram, ou foram presos, ou morreram.

Um dos participantes da Revolução Pernambucana de 1817 foi José Ignácio Ribeiro de Abreu e Lima ou o Padre Roma – conhecido assim por ter abandonado a batina, na capital italiana, em 1807, quando retornou a Pernambuco, onde exerceu o ofício de advogado.

“(...) O Padre Roma, antonomásia do ex-sacerdote seguiu do Recife para as Alagoas por terra, subindo ao púlpito de uma igreja, em Sirinhaém, para proclamar a revolução. Em Maceió freta uma jangada, sendo preso na chegada a praia de Itapoã em Salvador na companhia de um filho menor e quatro jangadeiros. Confiara demasiado na solidariedade das sociedades secretas baianas, infiltradas pelo Vice Rei Conde dos Arcos. Detido em 26 de Março foi logo condenado precipitadamente a morte.[...]” (CHACON, 1983, p.48)

O Padre Roma, em sua trajetória de expansão do ideário de revolução na Bahia, foi traído e preso. Simultaneamente a isso, seu filho, José Inácio de Abreu e Lima, também foi preso na Fortaleza de São Pedro em Salvador (BA), acusado de assuada (ajuntamento de gente armada para fazer desordem), resistência e ferimento. No dia 29 de março de 1817, sua trajetória de vida é marcada por um evento trágico: o fuzilamento

de seu pai. Abreu e Lima e seu irmão servem de plateia para isso que foi tornado em espetáculo. Esse cenário de dor e sofrimento funciona, de alguma maneira, como estímulo para os futuros desafios que Abreu e Lima ainda iria enfrentar.

No livro *O Compendio da História do Brasil*, Abreu e Lima relata seu sentimento de frustração de ter presenciado junto com o seu irmão, Luiz Inácio Ribeiro Roma, o fuzilamento de seu pai:

“(…) No momento em que escrevo estas linhas, assalta-me todo o horror daquela tremenda noite, em que fui quase companheiro da vítima: era eu que parecia o condenado e não ela. Tenho visto morrer milhares de homens nos campos de batalha, e muitos nos suplícios, mas nunca presenciei tanta coragem, tanta abnegação da vida, tanta confiança nos futuros destinos de sua pátria, tanta resignação, enfim: uma mão de ferro me arrancava o coração; meu pranto e minha dor comoviam a todos que se achavam presentes: era mister separar-me para dar alívio as minhas lágrimas, e me conduziam a outra prisão, donde voltava depois a poder de minhas suplicas até que foi forçoso arrancarem-me de seus braços para sempre.[...]”(ABREU E LIMA, 1843, p.284-285)

José Inácio de Abreu e Lima era professor de matemática, editor e redator, autor de livros; foi membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, estudou Humanidades, Latim, Filosofia, Retórica, Francês e Inglês.

Em 1812, foi aluno da Real Academia Militar do Rio de Janeiro, onde estudou artilharia. Em 1816, foi enviado para a Angola: seu trabalho era instruir os oficiais dessa outra colônia portuguesa. Abreu e Lima retornou para Pernambuco em Dezembro, onde já “sopravam ventos revolucionários” (RINALDI, 2007, p.26), marcado pela insatisfação da política joanina e pela oposição aos portugueses, que faziam do Rio de Janeiro a Nova Lisboa.

Em outubro de 1817, ele e seu irmão conseguem fugir da prisão com a ajuda financeira de 100 pesos⁸ das sociedades maçônicas.

“(…)había sido víctima de la primer revolución que se hiciera en el Brasil (1817), por la independencia de este país, en la que mi padre fue fusilado, escapando yo del presidio de milagro.[...]”(ABREU E LIMA, 1868)

⁸ Moeda da época.

Em 1818, fazem uma passagem rápida pelos Estados Unidos, seguindo para as Antilhas, onde se separaram: Luiz Inácio ficou na Ilha de São Tomás e Abreu e Lima começa a traçar, a partir de 18 de fevereiro de 1819, um novo rumo em sua vida, quando escreve uma carta a Simon Bolívar, com o objetivo de unir-se ao seu exercito, a fim de lutar pela independência da Venezuela e da América do Sul.

“(…) José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima, natural del Brasil en América del Sur, reverentemente dice a V. E. que, con motivo de la Revolución de Pernambuco y de los asesinatos ejecutados en los principales autores de Ella, fué preciso al exponente, una vez que vió malogrados sus efectos, emigrar de aquel país, y dirigirse a este desde los Estados Unidos de la América del Norte, con el objeto de tomar parte en la justa causa de Venezuela.

El exponente y su padre, del mismo nombre y apellido, tuvieron el honor de ser del número de los patriotas de Pernambuco que aspiraron a su libertad, pero también tuvieron la desgracia de ver malogrados sus esfuerzos, y el padre del exponente hecho víctima del poder arbitrario.

A la sazón, el exponente se hallaba al servicio del Rey Juan con el grado de capitán de artillería, por decreto de 17 de diciembre de 1815, como lo manifiesta la patente que exhibe.

En Ella se hace mención del encargo de Lecto de Matemáticas, y de la comisión para instruir a la oficialidad del Reino de Angola. Desde el año 1807 emprendió el exponente la Carrera militar en Pernambuco en la clase de cadete, y por los demás grados ascendió hasta el de capitán, a virtud de sus méritos y servicios, sin embargo de no haber llegado aún a la edad de 24 años: circunstancias particulares en un Gobierno despótico.

Por lo que, renunciando otra vez al servicio del Rey Juan, y de cualquiera otro tirano, suplica a V.E. se digne darle el destino que estime más conveniente, y sea capaz de satisfacer los deseos que animan al suplicante a sacrificarse por la independencia y libertad de Venezuela, y de toda la América del Sur; como lo espera en la Angostura, a 1 de febrero de 1819.

Exemo. Sr. Jose Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima.”(VILA, 1953, p.54-55)

O pedido de Abreu e Lima foi aceito, contudo não exerceu funções militares. Inicialmente, foi redator do jornal *Correo Del Orinoco*.⁹

A sede do jornal era em Angostura, uma cidade pequena onde também estava o quartel general de Bolívar. O jornal *Correo Del Orinoco* tinha o objetivo de, além de expandir as ideias de independência, ser uma conexão acerca das lutas que ocorriam na América do Sul, desse modo, Abreu e Lima contribuiu para que os movimentos por independência no Brasil fossem conhecidos. Portanto, escrevia sobre seu país no periódico. Um dos desejos de Bolívar era de que o jornal mantivesse um elo com o

⁹ Jornal semanal que funcionava como veículo acerca da expansão revolucionária, desenhado por Simon Bolívar em oposição ao jornal espanhol *Gaceta de Caracas*. O periódico teve edições em Inglês e Francês.

mundo e, em especial, com a América Latina, divulgando notícias do Brasil, Chile, Argentina.

De acordo com o que Abreu e Lima escrevia no jornal, o homem se libertava das tiranias por meio das revoluções, assim ele criticava as Monarquias absolutistas, governos tiranos, dogmas religiosos e privilégios feudais. Para ele, a partir da ruptura com essas políticas de governo se alcançaria a liberdade. Em outras palavras, Abreu e Lima, nesse momento, não se limitava a ideia de uma independência formal, pois tinha um objetivo maior: uma independência que fizesse uma revolução social e transformasse as bases já estabelecidas.

O discurso de Angostura, proferido por Bolívar, em 1819, foi uma declaração de luta para a Independência da Nova Granada e a efetivação do projeto de criar uma República Grã-Colômbia, o que atraiu vários adeptos europeus e brasileiros, que, assim como Abreu e Lima, voluntariaram-se ao exército de Bolívar.

“(…)Dignaos, legisladores, acogercon indulgencias La profesión de mi conciencia política, los últimos votos de mi corazón y los ruegos fervorosos que a nombre del pueblo me atrevo a dirigiros. Dignaos conceder a Venezuela un Gobierno eminentemente moral, que encadene la opresión, la anarquía y la culpa. Un Gobierno que haga reinar la inocencia, la humanidad y la paz. Un Gobierno que haga triunfar bajo el imperio de leyes inexorables, la igualdad y la libertad.[...]” (Periódico Correo Del Orinoco, nº 19 – 20 de Fevereiro de 1819)

Em Julho de 1819, Abreu e Lima ingressou no exército do Libertador com funções militares, na luta por independência contra o exército espanhol.

Vitoriosos na batalha de 11 de Julho de 1819, Batalha de Carabobo, prepararam-se para a próxima, a Batalha de Pantano de Vargas, em 25 de Julho, com uma desvantagem de aproximadamente 400 soldados, ainda assim foram vencedores.

Em 07 de Agosto, ocorre mais um enfrentamento do exército de Bolívar contra os espanhóis, que foi a Batalha de Boyacá. Nessa batalha, o exército espanhol se rendeu e a tropa de Bolívar prendeu o General Barreiro. Acompanhada da humilhante derrota, estava à libertação da Nova Granada do domínio espanhol.

Apesar da criação da então República da Grã-Colômbia, formada pelos atuais territórios da Venezuela, Colômbia e Equador, as lutas pela emancipação territorial da Venezuela ainda não tinham se findado.

A Batalha de Carabobo, em 24 de Junho de 1821, significou um verdadeiro desastre para o exército da Espanha, que teve um alto índice de soldados presos e mortos.

Nessa batalha, Abreu e Lima, com o título de comandante, foi atingido no peito, mas isso não o impediu de prosseguir com a sua missão. Sua bravura, sabedoria e competência frente às batalhas o promovem a tenente-coronel e, sob as ordens do General Paez, combateu em Maracaíbo e Puerto Cabello¹⁰ –1823 –,em que Abreu e Lima esteve na condição de Chefe do Estado-Maior no ataque final aos Espanhóis, os derrotando em Novembro.

Por honra, foi dado a Abreu e Lima a patente de Coronel, em 22 de Janeiro de 1824. O, agora, Coronel “[...] ainda se destacaria na batalha decisiva de Ayacucho, no Peru, golpe de misericórdia no domínio espanhol sobre as Américas.” (MAZIN; STEDILE,2006, p.35)

Em 1826, Bolívar realiza o Congresso Panamá. A intenção era promover a unidade da América Latina, porém a própria Grã-Colômbia, tão sonhada, fragmentou-se em três países – Colômbia, Equador e Venezuela. Em 1830, quando Bolívar foi vítima de tuberculose, o que lhe custou à vida, a Grã-Colômbia foi legalmente separada.

Alguns dias antes de falecer, o Libertador, na Fazenda de San Pedro, em Santa Martha, escreve uma carta ao povo da Colômbia:

“Colombianos! Presenciastes os meus esforços para estabelecer a liberdade onde antes reinava a tirania. Trabalhei com desinteresse, abandonando a minha sorte e inclusive a minha tranqüilidade. Separei-me do comando quando me convenci que desconfiavas do meu desprendimento. Meus inimigos abusaram de vossa credulidade e humilharam o que me é mais sagrado, a minha reputação e o meu amor à liberdade. Fui vítima dos meus perseguidores que me conduziram às portas do túmulo. Eu os perdôo. Ao desaparecer do vosso convívio, meu carinho por vocês me faz manifestar os meus últimos desejos, não aspiro outra glória que a consolidação da Colômbia. Todos deveis trabalhar pelo bem inestimável da União: os povos obedecendo o atual governo para libertar-se da anarquia; os ministros dos santuários dirigindo suas orações ao céu; e os militares empregando a sua espada para defender as garantias sociais.Colombianos ! Os meus últimos votos são pela felicidade da pátria. Se a minha morte contribui para que cessem os partidos e a União seja consolidada,eu descerei tranqüilo ao sepulcro.” (BOLÍVAR,1830)

Abreu e Lima ainda tentou lutar pela última vontade de Bolívar, que fundamentava-se na República unificada, que tanto foi cobiçada e projetada. Todavia, “(...) a meta da

¹⁰ Em Maracaíbo e Puerto Cabello foram criadas resistências do exercito espanhol que buscou ali abrigo após a batalha de Carabobo, e nesse campo de refugio criaram força e novas estratégias de guerra.

unidade latino-americana parecia-lhes romanticamente remota. Cada qual se julgava objetivo ao abocanhar o pedaço mais próximo.” (CHACON, 1983, p.104)

Antes da morte de Simon Bolívar, Abreu e Lima tentou retornar para o Rio de Janeiro, mas não conseguiu. Ele enviou um pedido para o governo imperial, em 1825, o qual foi negado, porque, segundo a Constituição do Império do Brasil, sem a licença do Imperador, aquele que aceitasse emprego ou algo semelhante de algum governo estrangeiro perderia os direitos de cidadania brasileira.

O General Abreu e Lima já não tinha mais motivos para permanecer ali, visto que seu grande exemplo havia falecido; e, antes que fosse expulso, sabiamente, solicitou documentos que comprovassem todas as suas honras e méritos, conquistados na Independência Hispânica.

Só depois que Bolívar faleceu foi que Abreu e Lima assegurou-se do reconhecimento legal de suas honras; viajou para os Estados Unidos e para a Europa. Ainda nesse ínterim, enviou uma carta, na qual prometeu que retornaria ao Brasil para servir a sua pátria:

“[...] Contem vocês comigo dentro de seis meses, sem falta alguma, apresentar-me-ei como cidadão para viver tranquilo, ou como general e soldado para servir a minha pátria, empregando a minha espada na conservação dos imprescritíveis direitos de meus cidadãos. [...]” (in RINALDI, 2007, p.41).

Todavia, os seis meses ficaram no papel, pois, nesse mesmo momento, D. Pedro I abdicava o trono. Abreu e Lima só retornaria ao Brasil em 1832, após entrar com um novo pedido de cidadania brasileira com os atributos de general e as honras que havia conquistado.

Apesar do retorno de Abreu e Lima ter provocado algumas reações contrárias, a Regência ratificou o pedido e concedeu ao General a cidadania que tanto almejava. Aos 39 anos, ele retornou a sua pátria, munido com as influências de seu grande exemplo, Simon Bolívar, a quem dedicou uma biografia intitulada *Resumo Histórico da Última Ditadura do Libertador Simon Bolívar*.

Ao retornar para seu país, publicou o jornal *Torre de Babel* –1833 –, espaço este em que divulgava suas opiniões. Como defensor da Monarquia Constitucional no Brasil, apontava que a saída para as turbulências da abdicação de D. Pedro I seria a “necessidade de uma autoridade que restaurasse a ordem” (RINALDI, 2007, p.56) e

acentuava a anarquia e a guerra civil como “acontecimentos perigosos”, e, para que não ocorressem, seria necessário zelar pela integridade do Império, de modo a preservar a Monarquia Constitucional, pois, para ele, “no momento em que se abandone a ideia de Império do Brasil (...) a dissolução será total, e só com uma mão poderosa poderia soldar esta peça, se chegasse a quebrar algum dia.” (RINALDI, 2007, p.55).

Abreu e Lima temia a fragmentação do Brasil, tal como foi a sua experiência frustrante com a Grã-Colômbia, união tão idealizada por Bolívar que, para a sua decepção, foi fracionada. Dessa forma, Abreu e Lima alertava acerca de se evitar a guerra civil e a desordem, para que o panorama de nação desunida e separada não eclodisse no Brasil.

O General chamava a atenção também para a questão da educação, privilegio apenas da elite. Visto que não havia universidades no Brasil, apenas os nobres tinham condição de se deslocar para Portugal, a fim de estudar. Desse modo, a grande maioria do povo ficava sem acesso a educação, elemento que, segundo Abreu e Lima, era de extrema importância na efetivação de leis e costumes, uma vez que a educação era o pilar do modelo de uma sociedade bem estruturada e possível salvação da nação.

Além de *Torre de Babel*, Abreu e Lima também redigiu outros periódicos, como *A Barca de S. Pedro*, publicado no ano de 1848 em Pernambuco. O jornal recebeu esse nome devido ao Partido Nacional de Pernambuco, conhecido também como “praieiros”, por causa da sua sede, localizada próximo à praia. Aqui, Abreu e Lima fez analogia dos praieiros com a figura de S. Pedro, que era um pescador que reconheceu a soberania de Jesus e que formaria o povo/igreja de Cristo. Logo, munido pelo ideal de proximidade de pensamento e ideologia de S. Pedro, tais como a liberdade civil e a liberdade política, escolheu o seu nome para representar a filosofia dos praieiros.

“(…) E como os nossos princípios são os mesmos, como desejamos a liberdade civil e política, e a fraternidade entre todos os homens, qualquer que seja a sua crença, a sua raça, ou a sua posição no globo terrestre, nenhum outro título nos quadraria melhor do que o símbolo do pescador Pedro, Príncipe dos Apóstolos; portanto a BARCA DE S. PEDRO será um periódico popular e político para tratar tão somente das necessidades do povo, as suas moralidade e civilização.” (ABREU E LIMA, 1848, p.1)

Abreu e Lima expressava e procurava expressar suas opiniões. A *Barca de São Pedro* tinha caráter de oposição política em amparo ao partido dos praieiros, que

defendiam a Monarquia e a integridade do Império; solicitavam, também, reformas administrativas dentro dos limites constitucionais permitidos.

A *Arca de Noé*¹¹ foi mais um periódico que complementou a ideologia defendida por Abreu e Lima: o enfoque maior era a respeito das árduas disputas entre partidos: Exaltados versus Moderados versus Caramurus.

A partir do desenvolvimento da crença de uma nação unida, que funcionaria em perfeita sintonia, apesar das divergências de pensamento de seus membros, tal como ocorreu na Arca de Noé¹², em que os animais, que normalmente se devorariam, conviveram bem por vários dias dentro de um mesmo espaço, seria possível, então, a extinção dos vários partidos políticos em prol de um único partido que agregasse princípios e filosofias, e promovesse a união nacional. E foi pensando nessa perspectiva de aliança, unidade e ordem social para o bem comum que o General retratava sobre os conflitos partidários na “arca do Brasil”.

Publicou o periódico *ORaio de Júpiter*, o artigo *O Mensageiro Niteroiense* e o livro *Bosquejo histórico político e literário do Brasil*, sendo o último uma junção dos artigos *O Mensageiro Niteroiense*, que consistia na crítica ao projeto lançada pelo deputado Ferreira França, acerca da projeção de uma República Brasileira, em que defendia que todo aquele que nascesse no Brasil seria livre.

Preocupado com uma possível simpatia e maior desenvolvimento do projeto, Abreu e Lima criticou o trabalho, insinuando que o deputado era um traidor em potencial do Imperador D. Pedro II e, principalmente, da Constituição Brasileira, no sentido de que o projeto ultrapassava os limites permitidos a um legislador, ferindo as bases constitucionais da nação.

“O Império do Brasil é a associação política de todos os cidadãos brasileiros. Eles formão uma nação livre e independente, que não admite com qualquer outro laço algum de união, ou federação que se oponha a sua independência.

¹¹ A Arca de Noé foi um periódico redigido por Abreu e Lima entre os meses de fevereiro e dezembro do ano de 1833 na cidade do Rio de Janeiro – Brasil.

¹² Noé é um personagem Bíblico, do qual, segundo a história foi escolhido por Deus por ser um homem bom e justo, e visto a maldade humana que se multiplicava, Deus resolveu que mandaria um dilúvio para cobrir a terra e ordenou que Noé, o único homem bom perante os seus olhos, construísse uma Arca enorme e que nela entrasse apenas a sua família e um casal de cada espécie de animal. Pronta a Arca, choveu muito por quarenta dias e quarenta noites e toda a humanidade morreu, salvo aqueles que estavam na Arca.

Ver: BIBLÍA SAGRADA. Livro de Gênesis, capítulos 06- 10.

O seu governo é monárquico hereditário constitucional e representativo. O Senhor D Pedro I, por unanimidade aclamação dos povos, atual imperador constitucional e defensor perpetuo imperara sempre no Brasil (...) deve velar na guarda da constituição, e promover o bem geral da nação.”(ABREU E LIMA, 1835, p.9-11)

A Constituição do Brasil salientava o regime governamental na figura do Imperador, que era o representante da nação brasileira. O poder do sistema Monárquico Constitucional concedia a independência do país e assegurava que essa configuração promoveria o bem da nação e, ainda, reafirmava o poder imperial de D. Pedro, sendo essa, a ordem hereditária decidida por aclamação do povo.

Todavia, enquanto as bases da Constituição eram Monárquicas, o projeto feito pelo deputado Ferreira França ultrapassava as barreiras Constitucionais ao arquitetar um modelo de governo republicano, o qual extirpava os fundamentos e regras nacionais, até então, definidos por essa Constituição.

“Do presente em diante, todos os que nascerem no Brasil serão livres. (...) O governo do Brasil cessará de ser patrimônio de uma família. (...) A nação será governada por um chefe eleito de dois em dois anos.” (ABREU E LIMA, 1835, p. 6-7)

Apesar da não votação do projeto, alguns membros da Assembleia compreendiam que ele não era anticonstitucional, declarando que a constituição podia ser toda reformada em sua extensão, caso necessário. Assim, Ferreira França conseguiu fundamentar de maneira mais consistente sua ideia de que a constituição era passível de mudanças, no que diz respeito ao Brasil ser administrado por uma única família. Não obstante, outros compreenderam que o Deputado estava extrapolando sua autoridade e contrariando as leis constitucionais ao defender explicitamente seus ideais de República.

Tal projeto, para Abreu e Lima, era considerado uma subversão da ordem pública, no sentido de que não surgiria uma República da noite para o dia, antes, seria necessário uma revolução de princípios.

“Como pretende o deputado França que o Brasil amanheça em uma Monarquia, e anoiteça em uma Republica democrática com um chefe eletivo e de curta duração? Será possível que aquela cabeça original pudesse conceber tamanha monstruosidade, ou será umade tantas chocarrices? (...) Destroi de um golpe as bases da constituição, longe de querer-se uma

reforma, se pretende acabar com todo o pacto social, eliminando a forma de governo, e levando de roço todo o sistema político da nação brasileira”. (ABREU E LIMA, 1835, p.17 e 19)

Outro ponto importante remete-se a aplicação da lei, em que Abreu e Lima compara a aplicação de lei do Brasil com a dos Estados Unidos, Inglaterra, México, Peru afirmando que, em todos os países “civilizados”, o crime de atentar contra a lei fundamental, contra a liberdade política, contra a pessoa do monarca, ou contra a religião nunca ficou impune e que seríamos os únicos a acatar tal ação com passividade. Solicitava, assim, alguma forma de punição ao deputado.

Segundo Abreu e Lima, todas as vezes que nos deparamos com a ideia de uma Monarquia Constitucional, o primeiro pensamento é o modelo da Inglaterra no seu estado político e, quando se pensa em República, associa-se os Estados Unidos como tipo ideal, e é por esse motivo de “tipos ideais” que os especialistas têm esgotado suas doutrinas e pensamentos de um sistema de governo e se esquecem que “os governos são criados para os povos e não os povos para certa classe de governo” (ABREU E LIMA, 1835, p.38). Para Abreu e Lima, o ideal era adequar o governo ao povo e o que se encaixaria no Brasil seria a monarquia.

De acordo com o General, os problemas antecedem à educação. Eles estão localizados desde os primórdios da composição nacional. Ele compara a colonização portuguesa com a espanhola: enquanto o sistema colonial espanhol implantava universidades, possuía uma rica literatura e se tornava cada vez mais culta; Portugal não tinha interesse algum em criar universidades na colônia.

Sérgio Buarque de Holanda, historiador do século XX, vai tratar desse mesmo cenário com ideias bem semelhantes às de Abreu e Lima, no que diz respeito às formas distintas com que espanhóis e portugueses organizavam a colônia. Os espanhóis fortaleciam suas bases na educação, criando universidades, por exemplo, e fazendo da colônia parte da metrópole. Os portugueses, por sua vez, preocupavam-se, mais diretamente, com o fortalecimento econômico da metrópole a partir da colônia.

É marcadamente inegável que a Monarquia era o governo ideal para o Brasil, já delineado na época da colonização. Não caberia implementar uma República: para além das defasagens coloniais, a escravidão persistia no cenário brasileiro, visto que, no Brasil, a emancipação política não teve como aliada o fim da escravidão, no sentido de que, metade da população colonial era escrava e não havendo liberdade total, nesse

caso, liberdade para todos os membros da nação, não seria possível “aspirar completamente à liberdade política”. Além do mais, o fim da escravidão representava a “destruição do Estado” naquele momento, pois a economia nacional era pautada em suas raízes escravocratas. (ABREU E LIMA, 1835, p.54)

Abreu e Lima demonstra, a partir de dados quantitativos, a diferença populacional entre Brasil, Estados Unidos, México e Colômbia, em que ressalta que a população brasileira era dividida em livres e escravos e ainda é subdividida em outras quatro categorias“(…) negros livres, mulatos livres, brancos natos e brancos adotivos, sem contarmos com os índios (que ainda formam uma quinta família) por ser uma classe inerente, e de nenhum peso em política. Que país no mundo apresenta um quadro tão informe?” (Abreu e Lima, 1835, p. 56)

Desse modo, o dicotômico Abreu e Lima, que bradava por uma Monarquia Brasileira e Repúblicas Sul-Americanas simultaneamente, entendia que “somos portugueses, porém já degenerados” e que os brasileiros seriam bem sucedidos, mas sempre teriam a figura de um monarca, pois, caso contrário, acabaria em uma anarquia.

“Os brasileiros (sic) serão sempre independentes, serão livres, ricos, poderosos, etc,etc,mas terão sempre um monarca,e isto não me agrada,embora,seja eu de opinião que foi o passo mais acertado; qualquer outra forma de governo,tê-los-ia confundido e reduzido a uma completa anarquia e dissolução; o Brasil é imenso,povoado somente nas costas,e com uma mistura de classes que nunca poderiam ligar-se sob outro sistema que o separasse muito da forma antiga.” (Trecho da Carta de 1823 de Abreu e Lima ao General Santander, citado na tese de Selma Rinaldi. Para Formar os brasileiros: O Compêndio da História de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil.São Paulo.2007,pág. 39.)

José Inácio de Abreu e Lima morreu em 08 de março de 1869, mas, de acordo com VamirehChacon, que escreveu uma biografia sobre Abreu e Lima, ainda havia uma batalha a ser enfrentada após a morte, pois recusavam-se a conceder “a sepultura canônica em cemitério brasileiro” (CHACON, 1983, p. 223), ocasionando em manifestações no Recife de caráter popular e que resultou em sepultá-lo no cemitério dos ingleses em Pernambuco em 1869. “Aqui jaz O cidadão brasileiro General José Inácio de Abreu e Lima Propugnador esforçado da liberdade de Consciência.”(CHACON, 1983, p.224)

Capítulo II – Da Revolução à Reforma: Os tramites para uma possível República e a intensa defesa pela Lei Fundamental.

No primeiro capítulo apresentado discorreu-se acerca da trajetória de Abreu e Lima, apontando seus principais ideais, o cenário de como se tornou um General e respectivamente as suas atuações ao lado de Bolívar nas guerras de independência hispânica.

Neste capítulo, trataremos do momento de retorno de Abreu e Lima ao Brasil com enfoque nas suas atuações políticas nos jornais em que escrevia como defensor da Monarquia Constitucional e contra as articulações de ideias revolucionárias de “republicanizar” o Brasil. Abreu e Lima, em seus jornais¹³, procurava sempre ressaltar a monarquia como o melhor sistema de governo para a sociedade brasileira, além disso, defendia rigorosamente a figura política do Imperador e a Família Real.

Em 1831, D. Pedro I abdica o trono do Império do Brasil, dando início ao período Regencial, em que seu filho, Pedro de Alcântara, assumiu o poder em seu lugar. Segundo Abreu e Lima o *07 de Abril*, em 1831, foi um evento aceito e realizado por livre e espontânea vontade de D Pedro I e não uma revolução por pressão e/ou golpe do partido de oposição.

“Os que se lisonjeiam terem feito uma revolução se enganam, apenas concorrerão para uma sedição militar; a revolução começou depois da abdicação, porém entregue a si mesma se paralisou ficou estacionaria. - Não se lisonjeie pessoa alguma do sucesso, ele foi obra do ex- Imperador, abdicou, porque quis abdicar.” (Jornal A Torre de Babel; 1833; 16/JAN- Nº: 05).

O *07 de Abril*, que resultou na vacância do trono, trouxe também a divisão das elites regenciais. Em linhas gerais, há duas visões deste momento: uma como um “divórcio amigável” de D. Pedro com o povo brasileiro e o outro de uma sedição/revolta militar.

Os acontecimentos dessa emblemática data foram mais além, não se limitavam apenas as tramas das elites, da imprensa ou do parlamento, mas, sim, de uma “pressão popular” (BASILE, 2011, p.59), das manifestações fazendo no *07 de abril* uma “politização” das ruas.

Nesse período, ocorreram disputas políticas-hegemônicas entre partidos – inicialmente, os Moderados, Exaltados e depois os Caramurus. Existiam divergentes

¹³ Periódicos dirigidos e/ou redigidos por Abreu e Lima: A Arca de Noé (1833) ; A Barca de São Pedro (1848) ; Correo Del Orinoco (1819) (jornal de Simon Bolívar em que Abreu e Lima era redator) ; O Raio de Júpiter (1826) e Torre de Babel (1833).

projetos políticos na luta por soberania dos partidos. Era um *mixer* de liberalismo com antigo regime, conservadorismo e democratização, ora total, ora parcial.

Cabe, portanto, uma pausa para falar desses partidos, começando pelos Moderados que se estabeleceram em 1826. Atuavam, principalmente, no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Em geral, eram produtores e comerciantes da burguesia e/ou militares que estavam imersos na política Imperial. Tinham como referências os intelectuais Locke, Montesquieu, Guizot e Benjamin Constant. O objetivo dos Moderados era de instaurar uma liberdade moderna¹⁴, sem romper com a ordem Imperial, e conceder autonomia a Câmara dos Deputados, sem que com isso alterasse as bases constitucionais.

Os Exaltados, por outro lado, estabeleceram-se em 1829. Eram das camadas sociais médias urbanas, militares, eclesiásticos, funcionários públicos e tinham pouca representatividade na elite política Imperial. Os Exaltados eram radicais e liberalistas¹⁵.

Tinham como ideal de governo um modelo tal como o Americano, ou seja, democrático. Suas referências intelectuais eram Rousseau, Montesquieu e Paine. Seus objetivos eram de caráter radical com princípios liberais e ideais democráticos, visando instaurar uma República federativa, isto é, consolidar uma sociedade livre e igualitária. Também eram a favor da abolição gradual da escravidão.

Além desses dois partidos, Exaltados e Moderados, havia ainda os Caramurus. Formaram-se no início da Regência. Eram essencialmente de direita, conservadores liberais, defendiam a Monarquia Constitucional fielmente e não aceitavam a ideia de uma mudança nos moldes constitucionais.

A abdicação de D. Pedro foi como um contraste da Revolução Gloriosa¹⁶, como um triunfo da nação, todavia, este momento patriótico foi substituído por disputas entre partidos, “(...) A vacância do trono deflagrou violenta disputa pelo poder regencial.” (BASILE, 2011, p.60).

¹⁴Uma liberdade moderna no sentido de que iriam abrigar as ideias de liberdade nos moldes franceses, de igualdade, liberdade de comércio, liberdade nacional, todavia permaneceriam sob as ordenanças do Império, limitariam o poder do Imperador e expandiriam o poder da Câmara dos deputados.

¹⁵“Liberalistas” porque estavam abertos as novas ideias de sistema de governo, se moldavam na República Federativa e na democracia de uma sociedade totalmente livre.

¹⁶A Revolução Gloriosa ocorreu no Reino Unido (1688-89) em que o rei da dinastia Stuart, Jaime II, foi tirado de seu trono e substituído por Maria (sua filha) e seu genro Guilherme de Orange, em tal passagem de governo não ocorreu guerras, logo uma, “Revolução sem sangue”.

Os Moderados assumem o poder, instituídos pela Regência Trina Provisória. Considerando a menoridade de D. Pedro II, ficavam, assim, os Moderadores na direção do Império. Posteriormente a Regência Trina Permanente confirmaria a soberania Moderadora.

Abreu e Lima era favorável ao posicionamento dos Caramurus. Entretanto, o fato de ter participado das guerras por emancipação hispânica, ter contribuído na fundação da República da Grã - Colômbia e ter herdado as ideias de liberdade de Bolívar, quando se tratava do Brasil, as suas filosofias mudavam de direção. Para ele, não seria possível funcionar com êxito uma república, portanto, tinha a Monarquia como o governo ideal que equilibraria o modo como a sociedade se organizaria e zelaria pela ordem e unificação do território.

“Seguros da nossa consciência, firmes no propósito de defender a toda custa, a causa da Monarquia no Império do Brasil, estamos resolvidos á combater todo sistema, que se dirija á desvirtuar a essência da nossa lei fundamental.”
(ABREU E LIMA, 1835, p.38).

Abreu e Lima acreditava que as mudanças estruturais, sociais, econômicas e políticas, do Brasil deveriam ocorrer com cautela, a fim de refrear uma Revolução¹⁷ estruturada por pensamentos liberais. É importante lembrar que boa parte de seu ideal filosófico advém de sua relação com Simon de Bolívar.

Nesse sentido, a palavra revolução pode ser inserida em diferentes contextos, com âmbitos positivos tal como uma evolução científica, ou com um aspecto negativo como a anarquia.

Entretanto, a revolução em si não é simplesmente o ato de evolução, de anarquia, de violência, de golpe de Estado ou de rebelião, ao contrário: esses são os meios pelos quais se pode chegar a uma revolução, desse modo, compreende-se por revolução a profunda mudança de estrutura realizada nas esferas social, política e econômica.

A negatividade de uma revolução é intrínseca. Ora, uma vez que a revolução tem por objetivo instituir uma nova ordem, tal processo não será aceito de forma pacífica: haverá resistência para que essa base já estabelecida não seja alterada, pois isso

¹⁷ Definição de Revolução: 1. Ato ou efeito de resolver (-se) ou revolucionar (-se). 2- rebelião armada, revolta, sublevação. 3- Transformação radical de estrutura política, econômica e social, dos conceitos artísticos ou científicos. 4 – Movimento de um astro em redor do outro. (Dicionário Aurélio p.278)

implicaria na perda do poder, da riqueza, do status e da soberania daquele que está dominando.

A ideia de revolução, tal como se entende contemporaneamente, era desconhecida. Esse conceito foi desenvolvido por Copérnico e referia-se a um movimento cíclico que retornaria ao seu ponto de partida, tal como o ciclo das estrelas. *A priori* era associado à natureza, mas passa a explicar os fenômenos políticos e sociais e torna-se a “palavra da moda” (KOSELECK, 2006, p.67) que englobaria as diversas camadas sociais e todos os fenômenos passariam a ser explicados por meio da mudança de estrutura.

“A palavra revolução foi criada exatamente na Renascença, numa referência, ao lento, regular e cíclico movimento das estrelas, como que a indicar que as mudanças políticas não se podem apartar de "leis" universais e implícitas. É no século XVII que a palavra vem a ser usada como termo propriamente político, para indicar o retorno a um estado antecedente de coisas, a uma ordem preestabelecida que foi perturbada;” (dicionário de política p.1123).

A Revolução Gloriosa de 1688 no Reino Unido trouxe uma visão positiva à concepção de “revolução”, uma vez que este fenômeno ocorrido foi isento de guerras ou tumultos, o que tornou possível assim fazer uma grande transformação de forma pacífica e sem derramamento de sangue.

Em contrapartida, a Revolução Francesa rompeu com todas as teorias anteriores e construiu um novo ângulo de revolução que significaria muito mais do que a perturbação da ordem, deste modo, passando a representar a busca pela liberdade a partir da criação de uma nova ordem composta por novos instrumentos e ideologias.

Essa revolução a moda francesa que encantava olhares com o lema de “*liberdade, igualdade e fraternidade*”, espantava outros devido aos meios que desencadeavam esse resultado, tais como a guerra, a anarquia e as revoltas sociais.

De acordo com Abreu e Lima, a revolução não deveria necessariamente alterar as estruturas políticas, sociais e econômicas subsistentes, mas sim, preservar a ordem de modo a deter a anarquia, insurreições e revoltas que eram fatores tradicionais de uma revolução nos moldes francês, o qual a seu ver deveria ser evitado.

Para Abreu e Lima a Revolução deveria ser pacífica para que não desmembrasse o vasto território brasileiro. O ponto principal do sentido de “revolução” segundo Abreu e Lima era que essas mudanças revolucionárias fossem feitas pelas ordens do Império com base na Constituição, lei fundamental.

Tanto conservadores quanto os liberais brasileiros repugnavam a ideia de revolução no seu sentido moderno, o qual era rapidamente associado ao cenário da Revolução Francesa, deste modo, optavam por reformas lentas e graduais que não fossem conduzidas pelo povo, mas sim pela elite, no intuito de manter a ordem social e alcançar o progresso de forma pacífica. (NEVES, 2012, p.95)

As influências dos ideais da Revolução Americana, que acentuava a liberdade nacional e colonial, e a Revolução Francesa, extremamente criticada por conservadores devido a sua filosofia repugnante que causavam desordens e por isso caracterizada como os “abomináveis princípios franceses” (COSTA, 2010, p.28), formaram as novas filosofias de governo e sociedade brasileira que contribuíram para a quebra do pacto colonial de modo que a colônia percebe o quanto a metrópole e somente ela se beneficiava, desta forma, a colônia que transbordava por esse rio de influencias de liberdade buscavam a sua emancipação.

O poder dos reis, por exemplo, compreendido como uma ordem divina do poder de governar, era contra-argumentado como um atributo e escolha humana e não de Deus e que na verdade todos os homens eram livres e tinham direito a liberdade, e acentuavam ainda as boas leis francesas e que essas deveriam servir de espelho para todas as outras nações por causa da sua justiça e igualdade.

“Nem as prisões, nem os exílios, nem os enforcamentos foram capazes de deter a marcha do processo. Em vão a censura intentava impedir a divulgação das ideias nocivas á ordem vigente. Em vão a polícia punia com rigor as tentativas de insurreição. Burlando a fiscalização, alguns livros penetravam no país.” (COSTA, 2010, p.29)

Apesar da circulação e propagação das ideias de revolução, as concepções de liberdade que se formavam no Brasil, eram governadas, organizadas e manipuladas por um pequeno grupo de letrados, e essa minoria da elite intelectual fazia muito mais idolatrar tais pensamentos do que os utilizar de forma critica e racionalmente políticas.

Em relação às demais camadas da população estes eram incultos e estavam excluídos de tais diretrizes.

Além desses fatores, a escassez de vias de comunicação limitava o contato com as regiões próximas, tal fator explica as revoluções brasileiras sempre terem características locais, já que não era viável uma relação mais próxima entre a nação devido à difícil

comunicação. Exceto a revolta de 1817, em Pernambuco, essa foi a que conseguiu ir mais além, com adeptos do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

A questão de uma unidade territorial teve maior força após a independência, não por uma questão puramente nacionalista, mas sim, de modo a manter a integridade do território e preservação da ordem.

Se as revoltas e as ideias de liberdade ganhavam força nesse momento, por outro lado a escravidão, persistente no cenário brasileiro, representava a delimitação do liberalismo no Brasil. Ora, liberdade e escravidão são palavras opostas, tais ações não poderiam viver em conformidade na mesma sociedade.

A revolução, em seu sentido francês, esbarrava na possível revolta e emancipação dos escravos, fator este que não era visto com simpatia pela elite, pois estavam em prol de uma revolução sem grandes impactos, que assegurasse o direito à propriedade de escravos e simultaneamente o apelo à igualdade e a liberdade dos cidadãos, categoria esta que os escravos não estavam inseridos. Logo, para os excluídos do direito, mulatos, mestiços e escravos, a revolução em seu sentido mais revolucionário era uma oportunidade de alcançar cargos públicos, o clero, a elite e se igualar aqueles que bradavam por liberdade como cidadãos.

“O entusiasmo pela “maldita liberdade” como rezavam os documentos da época que denunciavam a mobilização revolucionária, espalhava-se entre as populações urbanas, compostas na sua maioria de pardos e pretos, empolgados pelas ideias de liberdade e igualdade que se propalavam simultaneamente.” (COSTA, 2010, p.38).

Para as elites, a revolução tal como almejavam seria apenas a separação do acordo colonial, não se findaria os vínculos num todo, pois não existiam pretensões de mudar a estrutura social, o sistema de escravidão seria mantido e a exportação de produtos também. Este quadro só se alterou quando foi visto que não havia mais possibilidades de manter em equilíbrio a monarquia dual e a liberdade comercial.

Michel Foucault, na *Microfísica do Poder* afirma que o poder em -si/dominação- ocorre a partir das relações entre os indivíduos, ele não está em um determinado lugar originado de Y ou Z, ele está nas relações, sendo assim, o temor da opinião pública por algum delito, físico ou moral, é maior do que o medo de ser punido.

Quando Abreu e Lima escreveu o *Bosquejo*, a sua intenção era um julgamento nas praças públicas, uma vez que, apesar do Deputado Ferreira França, aos olhos de Abreu e

Lima, ter ferido a Constituição e a imagem do Imperador, a Constituição o protegia segundo o principio de Liberdade que os deputados tinham dentro da Câmara, “Os membros de cada uma das Câmaras são invioláveis pelas opiniões que preferirem no exercício das suas funções.” (ABREU E LIMA, 1835, p.10), porém, ele não escaparia do julgamento da opinião pública, a começar por Abreu e Lima:

“A inviolabilidade do Deputado não pode exceder a alçada dos Tribunais Ordinários; ele não pode ser chamado á juízo segundo o foro comum, porém não está isento do grande Tribunal da pública opinião.” (ABREU E LIMA, 1835, p.5).

O general, afirma que uma assembleia pode sim opinar e discordar de uma coisa ou outra, porém, o Corpo Legislativo deve se policiar e entender os limites que lhe cabem por meio da Constituição porque ela é o pilar que rege toda a ordem social, e a manutenção da mesma só ocorreria em casos extremos, ainda assim, as alterações não ocorreriam de forma repentina, sem uma revolução, sem uma reação ou transformação da moral e dos princípios, se não, seria uma Constituição reformada, várias e várias vezes até chegar a uma política de retalhos.

“(…) em todos os países civilizados o crime de atentar contra a lei fundamental, contra a Religião do Estado (onde existe uma preferida), contra a liberdade política ou contra a pessoa do Monarca inviolável e sagrada, nunca ficou impune, porque semelhante impunidade traria horrorosas consequências, estabelecendo um precedente funesto para todo gênero de violações, de ataques e de agressões parciais. Seremos nós outros, os únicos, que acataremos semelhante principio? Que !! a liberdade individual contra a liberdade política , a sanção do perjúrio contra a inviolabilidade da fé pública, a licença contra a Ordem, a anarquia contra a estabilidade , e o crime contra a virtude? Não, não,dissemos todos.”(ABREU E LIMA,1835,p.28)

A Constituição tem como principio ser a lei permanente onde se assegura o pacto social, a primeira lei, o bem comum. Se cada partido dominante alterar as bases constitucionais conforme os seus ideais ou alterar a Constituição de tempos em tempos que segurança a Constituição dará a nação?

O projeto do deputado foi uma afronta à moralidade brasileira. Abreu e Lima relata que esse escândalo poderia ser evitado, e tem como exemplo a França e a Inglaterra em que as propostas são feitas com antecedência para que o presidente da assembleia esteja

a par da situação e possa tomar as medidas convenientes ou responder as questões que necessitam de esclarecimento.

No *Bosquejo*, Abreu e Lima critica as ideias republicanas a partir da estrutura social brasileira, pontuando como absurdo “republicanizar” uma sociedade escravocrata com base no projeto do Deputado Ferreira França, o qual foi exposto na Câmara dos Deputados na sessão de 16 de Maio de 1835. Essa obra é a que melhor expõe a sua filosofia acerca do sistema de governo brasileiro e a estrutura social a comparando com o sistema e as estruturas de outros países Sul-Americanos.

Abreu e Lima analisou o projeto do deputado em seus três artigos. No primeiro, “O governo do Brasil cessará de ser patrimônio de uma família” (ABREU E LIMA, 1835, p.6), ele relata que está totalmente equivocado, uma vez que, o governo é um encargo, e por governo entende-se a ação de administrar, de servir a seus cidadãos e zelar pelo bem comum.

Para, além disso, os empregados do governo, ou seja, os funcionários públicos são pagos. Em relação ao patrimônio esse são os bens usufruídos que foram herdados, dessa forma, o governo não é um patrimônio.

O general sinaliza ainda que, a nação brasileira já é livre há doze anos antes do projeto. Nas palavras de Napoleão, a República é como o sol, é um cego quem não a vê. A nação brasileira já era livre, não era necessário alguém dizer ou escrever um projeto de lei que a declarasse livre, porque essa ação pressupõe a ideia de um possível retorno á escravidão. Novamente, o Brasil não é patrimônio de uma família.

No segundo artigo do projeto prescrevia: “O atual Imperador e as suas augustas irmãs cederão de seu privilégio, e receberão por uma vez um subsídio para completarem sua educação, e principiarem seu estabelecimento.” (ABREU E LIMA, 1835, p.6).

Abreu e Lima questiona se esse “cederão” seria uma ação por força ou por espontaneidade? Acreditá-lo-ia (D. França) em uma sessão realizada por um menino de apenas nove anos de idade? E se a lei é pelo mais forte porque eles teriam que ceder? E ainda, se o governo deixará de ser patrimônio então porque financiariam os estudos de usurpadores?

“(…) em um governo, como o nosso, á que chama o Deputado França patrimônio de uma família? Será o poder que ela exercer? Seguramente não, visto que nem este poder é exercido coletivamente pela família, nem mesmo pelo Imperador; mas sim pelos Ministros de Estado.” (ABREU E LIMA, 1835, p.32).

Com essas indagações, Abreu e Lima definiria o Deputado França, a princípio, como um louco, porém a um louco não seria confiado à cadeira na Assembleia e o dever de promover o bem comum e prosperidade da nação, logo o vê como um déspota, um traidor da Constituição e do povo brasileiro.

Ao analisar o terceiro artigo, “*A nação será governada por um chefe eleito de dois em dois anos, no dia 7 de Setembro, á maioria de votos dos cidadãos eleitores do Brasil.*” (ABREU E LIMA, 1835, p.6), Abreu e Lima afirma que esse ponto exprime o estado mental do Deputado em que lhe é ausente o senso comum, uma vez que, como poderia funcionar uma nação com um Senado vitalício e o chefe de Estado bienal?!

O Brasil possui um vasto território, de que forma essa política bienal iria dar conta visto às dificuldades de comunicação e transporte, certamente seria uma administração precária e desordenada, ponderando a abusos do poder e a ditadura.

De acordo com a tese de Abreu e Lima, se observarmos os outros países da América, nenhum deles, com exceção de Buenos Aires¹⁸, teve um poder de tão curta duração. Nas palavras irônicas de Abreu e Lima,

“(…) nós outros, cuja moralidade é acima de todo encarecimento, cujo saber e identidade de interesses reclamam imediata influência do Povo nos negócios públicos, devemos ter um Chefe cada dois anos para darmos ao mundo o espetáculo de uma democracia sem turbulências. Finalmente o Deputado França e seus filhos querem uma Republica para o Brasil. Será isto de boa fé? Não, não, diz toda esta Cidade.” (ABREU E LIMA, 1835, p.57).

Abreu e Lima ao defender de forma tão precisa a Monarquia, não estava colocando como um modelo de governo perfeito e ideal para um bom funcionamento e administração de todas as coisas, tanto porque ele não entendia a Monarquia como um governo padrão.

O ponto primordial da sua defesa não se consistia essencialmente no sistema monárquico, mas sim, na preservação da lei fundamental, ou seja, a Constituição, porque ela forma a primeira lei, o pacto social, onde todas as causas sociais, legislativas e estruturais encontravam a sua base e a partir dela se fundamentavam.

Em segundo plano está a Monarquia, ainda assim, na concepção de Abreu não é o povo que deve escolher um sistema político (que era dessa forma que o D. França

¹⁸ De acordo com o que escreveu Abreu e Lima no Bosquejo, Buenos Aires tinha um governante a cada dois meses até que cansados dessas “vicissitudes políticas” optaram por um chefe absoluto a cada cinco anos. Ver: Bosquejo histórico, político e literário do Brasil. p. 57.

pretendia fazer com o seu projeto político que mudaria toda uma estrutura sem ter ocorrido um grande impacto), mas sim o sistema político é quem atuaria em determinada sociedade.

Nesse caso, o modelo de governo que funciona perfeitamente no “país A”, poderia não funcionar tão bem no “país B” porque suas sociedades são distintas, com concepções de mundo diferente e estruturas sociais e econômicas diferentes, então uma mudança de governo não se trataria simplesmente de obrigar a um povo se enquadrar num modelo social que não condiz com a sua estrutura. Visto isso, nas concepções de Abreu e Lima, a Monarquia é um modelo que cabe a estrutura brasileira e a República a outra sociedade que lhe convém.

Jean-Jacques Rousseau, no clássico *O Contrato Social*, afirma que a sociedade mais antiga é a família, uma união forçada pela obediência e cuidado, porque a primeira lei do homem é a sua conservação.

O homem não pode criar novas forças, mas somar essas forças e fazê-las agir em conformidade formando um pacto social e é a partir desse pacto que ele constrói o corpo político, passando do Estado de Natureza para o Estado Civil, nesse Estado o homem em prol de sua conservação é forçado a alterar a sua conduta e impedido de colocar os seus desejos em primeiro plano, pois o que está em primeiro plano no Estado Civil é o bem comum independente do tipo de governo.

Para Rousseau assim como para Abreu e Lima, não existe um modelo de governo que seja eficaz para todos os povos. O filósofo afirma que nada é mais perigoso do que os interesses privados nos negócios públicos, logo, o bom governo é aquele que zela pela conservação e prosperidade de seu povo. “Se houvesse um povo de deuses, ele se governaria democraticamente. Um governo tão perfeito não convém aos homens.” (ROUSSEAU, 2007, p.119).

Nesse capítulo foi apresentada a intriga entre revolução e reforma nos partidos políticos do Brasil (Exaltados, Moderados e Caramurus), a análise do projeto do Deputado Ferreira França por Abreu e Lima e seus motivos para contrariar a ideia de República no Brasil.

No próximo capítulo abordarei sobre a visão de Abreu e Lima sobre os demais países Sul-Americanos e tratarei também da noção de pertencimento do Brasil a América Latina.

Capítulo III- As comparações do General Abreu e Lima e a sutil Latinidade Brasileira

Nesse capítulo serão apresentadas as comparações entre o Brasil e outras nações Latinas e/ou republicanas pelo General Abreu e Lima dando continuidade às questões divergentes entre as nações (educação, escravidão, diferença de colonização) já

abordadas nos capítulos anteriores, e as concepções de América Latina atrelada ao reconhecimento do Brasil de sua identidade latina.

Para a nação brasileira, a Europa era a que melhor representava a perfeita civilização, ao contrário dos hispânicos que eram vistos como sociedade negligente. Por isso, se moldavam aos europeus. Abreu e Lima, ao escrever a biografia de Simon Bolívar descrevendo toda a sua grandeza e seus objetivos de liberdade nacional para a Grã - Colômbia que se transferia para toda a América Latina apontou também as dificuldades de uma nação desfragmentada: “La indisciplina, La ambición y el liberalismo se confurabam para dar muerte a la República, asesinando al mismo tiempo moralmente a su fundador.”(ABREU E LIMA, 1828, p.151)

Se de um lado da América Latina havia guerras por emancipação, movimentos populares, fragmentações, heroísmo, o Brasil, por sua vez, representava a mansidão latina, devido à nação praticamente sem guerras, unidade e conformidade política e reformas lentas e graduais. O nosso país queria avançar tal como a Europa moderna, porém, simultaneamente fincava os seus pés aos antigos costumes do Antigo Regime.

Os Estados Unidos, México, Nova Espanha, Peru, todas essas nações tinham a educação como pilar social, tiveram expedições de conhecimentos, investiram em pesquisas científicas.

Nos EUA os “homens de grande saber na luta da independência; os nomes respeitáveis de Franklin, Jefferson, Adams, Hamilton, Hancock, Madison, Washington, etc(...)”(ABREU E LIMA, 1835, p.44) foram intelectuais que ganharam destaque. Abreu e Lima destaca também que no México havia homens de grande conhecimento,

“(...) os monumentos colossais, de que fala Humboldt em suas antiguidades e monumentos dos Andes, os Teocallis, as Estatuas Ganaes, caminhos e estradas, que ainda hoje admira o viajante, dão ao México a ideia do Povo mais culto e mais antigo de nosso continente.”(ABREU E LIMA, 1835, p.45)

Assim como na Nova Espanha, que tinham quatro universidades, colégios e outras instituições de conhecimentos científicos e pesquisas.

Abreu e Lima se queixava de que apenas o Brasil não foi privilegiado, ficando isento de grandes conhecimentos, enquanto que todas as grandes expedições científicas se dirigiam ao mundo hispânico¹⁹.

“México, Peru, Nova-Granada foram por muitas vezes o teatro das investigações científicas: somente o pobre e desgraçado do Brasil é que esteve vedado á todos os sábios viajantes; somente os Brasileiros estiveram privados do comércio do mundo civilizado; somente o nosso país não pode ser explorado, nem as nossas alturas medidas, nem observado os nossos climas, nem tivemos nunca uma Universidade, nem um Colégio, a exceção de Seminários, onde toda a instrução se reduzia as noções mais simples dos rudimentos clássicos.” (ABREU E LIMA, 1835, p.47).

Com essas questões da educação e principalmente da escravidão fica claro o quanto era desconexo. A sociedade brasileira se “pintava a europeia” enquanto não havia de fato uma sociedade moderna, nas palavras de Abreu e Lima os brasileiros eram,

“Descendentes de uma nação mesquinha em conhecimentos, pobre de ciências e de artes, não podemos elevar-nos a categoria de outros Povos educados no centro de uma vasta erudição já que fizemos uma experiência profícua, já que em 1822 a Providencia nos colocou em uma posição vantajosa, não abusemos da sua infinita bondade, anulando os vastos designos da sabedoria incriada.” (ABREU E LIMA, 1835, p.73).

Portanto, a nação brasileira não possuía estrutura para se igualar aos outros “Povos”. Ainda que estivesse em vantagem devido a sua independência, em 1822, não deveria ceder às inclinações liberalistas que são contra aos votos nacionais, contra a sua base que é o sistema monárquico, nas palavras de Abreu e Lima:

“(…) sigamos imperturbáveis a nossa marcha, desprezemos o canto dessas sereias, que nos fazem perder o rumo, que temos levado até hoje; e demos ao mundo um formal desmentido do pouco caso com que somos considerados, e dos prognósticos da nossa dissolução. Rechacemos com indignação as lisonjeiras promessas desses lobos carniceiros, que vivem á custa da Nação, e que lhe roem as estranhas devorando a substância pública; e quando algum malvado ouse atentar contra a dignidade do Povo, ou contra o voto nacional, façamos-lhe morder o mesmo pó, que pisa sua planta iníqua.” (ABREU E LIMA, 1835, p.73-74).

¹⁹Expedições científicas citadas por Abreu e Lima ocorridas nas colônias Espanholas: Sesé e Monsiño, a de La Prouse, a de Bouguer, Godin e laCondamine, a de Humboldt e Bompland. Ver : Bosquejo Histórico, político e literário do Brasil.1835 ,p.47.

Devido à colonização feita pelos Portugueses, na opinião de Abreu e Lima, os brasileiros eram os mais incultos do Continente Americano.

“(…) em quanto todas as Nações se ocupavam no estudo das antiguidades, traduzindo os filósofos e historiadores dos tempos mais remotos, e aperfeiçoando a sua literatura pelo modelo dos antigos, nossos país dormia á sono solto no regaço da ignorância e da apatia; ainda hoje não possuímos uma tradução se quer das obras mais interessantes; parece que se temia o influxo das ciências, e que se vulgarizasse a moral daqueles Povos com o amor da Liberdade.” (ABREU E LIMA, 1835, p.85-86).

Não há uma homogeneidade da população. Tão pouco há uma ligação entre os interesses individuais e gerais. Nem todos da sociedade participam da administração pública, dessa forma, se é apenas alguns que participam das questões gerais, administrativas e estruturais da sociedade destrói-se o fundamento primordial da república que é a democracia, a igualdade dos direitos, sem isso o governo pode ser reduzido a um sistema aristocrático.

Logo, para equilibrar todas as diversas classes e de certa forma uniformizar a sociedade a melhor solução era a Monarquia, “(…) único expediente que pode aplicar-se com feliz sucesso para chamar a um centro comum os elementos descontraídos de um Povo heterogêneo.” (ABREU E LIMA, 1835, p.74).

Formar uma república no Brasil com classes tão diversas e rivais acarretaria em uma guerra civil, deste modo, o melhor seria que o Brasil tivesse uma autoridade tutelar que os desviasse da anarquia e principalmente se esquivasse da perigosa ditadura.

Abreu e Lima entendia que era literalmente impossível e absurdo instituir um governo democrático no Brasil, nesse sentido, exaltava o regime monárquico e o associava a autoridade dos reis que era concedida por poderes divinos, visto que esse poder parte de uma dignidade real e não se fundamenta em um fato ou razão (como a república), pois é uma aliança antiga do governo civil com o eclesiástico.

Preferindo Monarquia a República, o General apontava que o essencial não era a forma de governo, mas sim as suas leis,

“Deus não instituiu a Monarquia, nem a Democracia, nem forma alguma de governo, porém quis, que os homens obedecessem as leis daquela comunidade, á que cadaum pertence pelo nascimento, ou pode pertencer por um pacto posterior e licito.” (ABREU E LIMA, 1835, p.79)

De acordo com o Político, o Monarca instituído de um poder real não deveria inclinar-se nem para o lado da democracia, tão pouco para a aristocracia. Não há um governo que seja totalmente perfeito, mas se esquivando desses dois caminhos em prol de atender as necessidades de todo o povo.

Ressalta também que os brasileiros não devem ser outra coisa se não aquilo já era há muito tempo. Sendo guiados pela sua constituição, ainda que tivessemse emancipado de uma forma bem peculiar e formado a sua sociedade de maneira distinta das outras nações.

Caberia aos brasileiros zelarem pela santidade das leis estabelecidas pela Constituição que é o alicerce da sociedade e terem a direção do poder moderador, pois esse poderia se colocar resistente às inovações que levariam a anarquia, cuidando para que a ordem fundada pela Constituição permaneça intacta.

“(...) nós outros não devemos por isso considerar-nos simples títeres²⁰, sobre quem deva exercer-se um mecanismo absoluto; pertence á cada geração o acelerar ou retardar os seus próprios progressos, e fazer aquelas reformas, que forem mais suáveis e salutares, sem o inconveniente das guerras civis e dos desastres, que lhes são consequentes.” (ABREU E LIMA, 1835, p.102).

Abreu e Lima afirmava que os demagogos e intelectuais da época insistiam em imitar as ações políticas de outras nações a definindo como modelos exemplares. Credo que um projeto que trouxe riqueza e estabilidade a uma nação teria o mesmo efeito no Brasil, todavia, fazer de um fato uma lei universal é alarmante porque as nações não são semelhantes e muito menos os seus governos tem a mesma relação.

“Eles dizem: ‘Os Estados Unidos, por exemplo, tem prosperado com as suas instituições, logo devemos adotá-las para prosperarmos igualmente’ Se uma tal consequência fosse fundada em um raciocínio infalível, se ela fosse admissível, nós diríamos pois bem, Atenas prosperou com as leis de Solon, logo devemos adotá-las também.(...) Até que ponto de desatinos nos poderiam levar semelhante paradoxo? Todas as vezes que as relações sociais não guardam proporções entre o homem e a Sociedade á que ele pertence; todas as vezes que se estabelece um fato para provar a bondade absoluta das leis, que devem reger os diversos Povos, em que se divide o gênero humano,

²⁰Significado de **Títere**: Marionete; fantoche. Indivíduo que se deixa levar por ordem de outro.

tudo quanto se fizer sobre tão falsas suposições, sobre hipóteses tão falíveis, será não só absurdo, como monstruoso.” (ABREU E LIMA, 1835, p.124-125)

De acordo com o General, não poderia existir sociedade sem governo e muito menos governo sem sociedade, desse modo cabe ao governo unir os interesses individuais o tornando interesses coletivos, dos quais devem ser definidos não por uma parte da população e sim a partir da sua Constituição que é a base fundamental para a organização social promovendo o bem comum.

O que se aplica a uma sociedade X não pode se aplicar da mesma forma no Brasil, ou em qualquer outra nação, pois se tratam de identidades distintas, é necessário analisar as próprias leis que regem a nação e a sua moral para daí sim agir com as mudanças e reformas necessárias atendendo as suas prioridades e necessidades.

A grande questão é que o Brasil sempre esteve mais voltado para a Europa do que para a América Latina. A modernidade europeia encantava os olhos da nação recém-independente, que tentava se espelhar no mundo europeu. Aos seus olhos: Rico, intelectual e evoluído. E, sobretudo, “(...) no século XIX os países hispânicos eram vistos como exemplos negativos de violência política, caudilhismo, de barbárie”. (CARVALHO, 1998, p.273).

A formação da identidade de um ser é construída por meio das relações sociais que esse desenvolve com o outro. Suas tradições, costumes e práticas são filosofias construídas a partir de valores e conceitos erguidos por uma sociedade, uma vez que o sujeito define-se por meio das relações com o outro e não por um fenômeno natural, a priori do sujeito.

Desse modo, a identidade surge a partir da diferença. “A identidade somente se torna uma questão quanto está em crise, quando algo se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza.” (HALL, 2015, p.10).

Se tratando da identidade latina, a origem conceitual do termo “América Latina” é uma discussão abrangente, por isso destaco apenas duas correntes: a primeira argui acerca da origem francesa do termo, atribuída no século XIX, como justificativa do imperialismo francês sob o México; a segunda vai de encontro à origem literária, discussão introduzida pelo Colombiano *José Maria Torres de Caicedo*, em 1856, no poema *Las dos Américas*.

Porém a ideologia de “América Latina” surge a partir de questões territoriais e não por identificação de união entre os próprios latinos. A identidade que nos uni é formada

a partir da identidade que nos nega, dessa forma, entende-se a necessidade da construção e afirmação de uma identidade Latino-Americana para negar a concepção de América produzida pelos colonizadores como o “local do selvagem”.

Em *O Orientalismo*, o historiador *Edward Said* aborda a construção do Oriente pelo Ocidente. Segundo ele, essa construção iniciou-se a partir do Imperialismo Ocidental e de suas visões evolucionistas de que apenas o Ocidente era civilizado e detentor da modernidade, enquanto o Oriente não tinha capacidade de se autogovernar, era atrasado e irracional e, por isso, deveria ser colonizado.

“Há ocidentais, e há orientais. Os primeiros dominam, os últimos devem ser dominados, o que geralmente significa ter suas terras ocupadas, seus assuntos internos rigidamente controlados, seu sangue e seu tesouro colocados à disposição de uma outra potência Ocidental.”(SAID,2007,p.68)

Se o Oriente foi “inventado” com base no etnocentrismo Ocidental, com a América Latina, essa relação de poder entre colonizador e colonizado, civilizado e não civilizado, moderno e atrasado não foi diferente. E um dos pontos cruciais era a questão da raça.

A América era literalmente a “não-Europa”, sua população era formada por uma mistura de negros, índios e mestiços, que passavam a ser dominados pelas explorações eurocêntricas, pois eram classificados como raças inferiores, isto é, não evoluídas e, portanto, subordinadas.

“Nós, outros- argentinos, peruanos, brasileiros, chilenos... que somos chamados latino-americanos, nunca pensamos em América Latina. Para os nossos conceitos de realidades, no simples positivo das relações comuns, ou como convergência de qualquer ação imediata tal unidade não existe.” (BOMFIM, 1929, p.31).

A formação/discussão de identidade inicia-se no século XIX, direcionada por ideologias dominantes, de modo que a legitimidade da identidade latino-americana se dá a partir de seu reconhecimento pelos colonizadores.

Após a independência das colônias portuguesa e espanhola são fabricados campos políticos no intuito de afirmar essa América,

“(...) a descolonização seria o ponto de partida do homem latino para a sua liberdade e autonomia. Porém seria necessário antes aprender a se libertar do

espelho eurocêntrico onde a imagem da região é sempre e necessariamente distorcida.” (SOUZA, 2011, p.37)

A visão de América, partindo do ponto de vista europeu, foi uma teoria evolucionista, visto que colocavam-se como padrão superior do poder, da racionalidade e, sobretudo, da modernidade; produtora do conhecimento, da cultura e de novas identidades, tanto que, após a invenção da América, estabeleceu-se a África, a Ásia e a Oceania.

À América Latina eram atribuídos pensamentos preconceituosos tais como uma sociedade não desenvolvida, arcaica, conservadora e monárquica. Esse etnocentrismo, de caráter absurdamente negativo, definia a América de forma pejorativa, não distinguindo suas particularidades: simplesmente eram inferiores.

Os países que eram formados por populações de maioria indígena, por exemplo, não tinham concepção de Estado e nação no sentido europeu, suas relações de poder e organização social funcionavam de outra forma: suas culturas eram distintas e não havia uma consciência de latinidade.

“(…) No momento em que os ibéricos conquistaram, nomearam e colonizaram a América (cujas regiões norte ou América do Norte, colonizaram os britânicos um século mais tarde), encontraram um grande número de diferentes povos, cada um com a sua própria história, linguagem, descobrimentos e produtos culturais, memória e identidade. São conhecidos os nomes dos mais desenvolvidos e sofisticados deles : astecas, maias, chimus, aimarás, incas, chibchas, etc. Trezentos anos mais tarde todos eles reduziam-se a uma única identidade : índios. Esta nova identidade era racial, colonial e negativa.[...]” (QUIJANO, 2005, p.237)

Por outro lado, a filosofia de um território Latino-Americano teve seu ápice após a Segunda Guerra Mundial. O nome *América*, dado por Colombo, Cabral, Moctezuma e Vesúcio, é usurpada pelos Norte-Americanos. Com a Doutrina Monroe, aquela primeira América, idealizada pelos conquistadores, perde seu nome de batismo. Nesse momento, passa a existir duas Américas: a anglo-saxônica e a Latina. Em outras palavras, “(…) A América se definiu como branco anglo-saxônica e a Latin American era definido como uma região de não brancos e mestiços.” (SOUZA, 2011, p.34)

Em consequência disso, havia aqueles, tais como Simon Bolívar, que lutavam pela união da América Latina, de modo a conter a influência dos Estados Unidos, alertando do perigo de que esses queriam expandir com uma política Imperialista, sob a

justificativa de cuidar e defender os povos latinos, com o lema “América para os americanos”. Um momento mui oportuno, uma vez que as potências europeias estavam fragilizadas com o pós-guerra, os EUA emergiam como uma nova potência.

Se nem mesmo a Grã - Colômbia manteve-se unida, sendo fragmentada em três países – Colômbia, Equador e Venezuela – tampouco, o sonho de Bolívar, de uma união latina, foi concretizado. Ao realizar o Congresso do Panamá, em 1826, Bolívar teve a infelicidade da ausência de países importantes para à consolidação da união da América Latina, como, por exemplo, o Brasil, a “planta exótica da América” (NABUCO, 1899, p.32), importante por seu vasto território.

O Império brasileiro, ora era parte integrante da América Latina junto a seus irmãos latinos, ora fitava seus olhos a espelhar-se no mundo Europeu e fazia dos outros latinos meros parentes distantes, desse modo o Brasil era um país latino-europeu (latino no documento e europeu em suas ações).

Esse distanciamento do Brasil dos demais países Latinos ocorre devido, primeiramente, ao “eurocentrismo” brasileiro e a reprodução da sua cultura como exemplo de progresso e civilização bem organizada. Em segundo, pela forma como foi colonizado, as divergências e limites de cada região, que, apesar da independência, não surtiu o desejo de uma união de todos que compunham a América.

Além disso, a visão do Brasil sobre a América hispânica era, por um lado, de nações fragmentadas e desordenadas devido ao seu sistema de governo republicano e, de outro lado, a estranheza dos hispânicos de um Império do Brasil com laços rígidos com Portugal e com um número exorbitante de escravos, sem contar com o conflito e as disputas pelo Rio da Prata que também causou um largo distanciamento entre o Brasil e os demais países da América do Sul.

O Brasil buscava se moldar como nação independente e moderna. A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, por exemplo, foi um dos projetos dessa nacionalização, sendo ele a gênese da construção da nação a partir da historiografia, espalhando pesquisadores pela Europa e pelo Brasil, no intuito de coletar documentos e escrever a história brasileira.

A criação do IHGB seguia o modelo intelectual francês, o qual era visto como exemplo de civilização. O Instituto foi um mecanismo de grande influência para legitimar a nação recém - independente, nesse sentido, a historiografia teria, portanto, a função de buscar e apresentar um passado glorioso que inspirasse e provocasse o amor e a admiração à pátria.

Para Abreu e Lima, o princípio fundamental de uma república era a liberdade, o que não existiria no mesmo espaço onde houvesse escravidão, por esse motivo a Monarquia era o, “(...) único expediente que pode aplicar-se com feliz sucesso para chamar á um centro comum os elementos descontraídos de um Povo heterogêneo.” (ABREU E LIMA, 1835, p.74)

A sociedade brasileira não era homogênea, pois, além da divisão entre livres e escravos, havia também as subdivisões, tais como, negros livres, mulatos livres, brancos natos, brancos adotivos e índios.

Outro fator importante era a tentativa da sociedade brasileira se construir nos padrões europeus na esperança de que os projetos executados com êxito lá ocorreriam da mesma forma aqui.

Distanciavam-se da realidade de que para cada sociedade existe um governo que melhor se adéqua, portanto não era necessário imitar as normas políticas e leis de outro local.

O Império brasileiro ora era parte integrante da América Latina ora fitava os seus olhos a espelhar-se no mundo Europeu. Logo, o Brasil preferia voltar-se aos modelos europeus e norte-americanos e o mundo hispânico era visto de forma pejorativa devido às guerras civis, a fragmentação territorial e os ideais de república.

Além disso, a imagem de união latina foi algo construído por estudiosos europeus e os próprios latinos só aderem a essa identidade para contrapor-se a outra América, a anglo-saxônica. Desse modo, a latinidade brasileira ficava transparente dando lugar as cores europeias.

O General Abreu e Lima, que lutou junto a Simon Bolívar nas guerras por emancipação hispânica defendendo a união Latina e governos republicanos para a América do Sul, e em um segundo momento, no Brasil, defendeu a figura do Monarca e o governo Monárquico para o Brasil de modo a caracterizar sua estrutura, seu modelo social, seu passado de forma bem diferente do restante da América do Sul. Para ele, as ideias adquiridas no mundo hispânico não eram aplicáveis à nação brasileira porque para cada sociedade existe um governo, existem leis e são essas leis que formam a sociedade porque,

“[...] se todas as vontades isoladas não se reúnem debaixo do império de regras comuns, e se estas não reconhecem igualmente a justiça e a razão, se elas não criam esta unidade, que constitui a verdadeira sociedade, diremos que nada existe, e que tudo é confusão. [...]” (ABREU E LIMA, 1835, p.105-106).

Conclusão

O dicotômico Abreu e Lima viveu dois mundos. Em um ele lutou bravamente a defender a causa republicana, ao lado de Simon Bolívar contribuiu para construir a república da Grã-Colômbia, que com a morte de Bolívar se desfragmentou.

No outro, viu o sistema Monárquico como modelo ideal para a sociedade escravista brasileira, e fez dos artigos e jornais a sua espada para defender a sua opinião.

Dedicou o Bosquejo, sua principal obra, a tratar detalhadamente de quão incabível era uma República no Brasil, principalmente porque seria instituída da noite para o dia sem nenhuma mudança de princípios no corpo social.

Simultaneamente a isso, o Brasil se voltava mais a modernizar-se como a Europa do que se latinizar-se junto aos hispânicos que eram considerados como sociedade negativa, devido à fragmentação do seu território, barbárie, caudilhismo e, sobretudo as temidas guerras civis.

Para o General Abreu e Lima, existia para cada povo um governo que lhe era excelente e eficaz a sua sociedade, e o melhor para o Brasil era o regime monárquico porque não o separava muito da forma antiga. Os brasileiros necessitavam de um tutor que os pudesse livrar da anarquia e da desfragmentação de seu vasto território, zelando pela ordem munidos da sua lei fundamental, a Constituição.

Segundo, Abreu e Lima a Constituição de uma nação é a base que se fundamente e direciona toda a sociedade, sua ordem política e econômica, portanto, não deveria ter-se uma Constituição a retalhos, ou seja, que a todo o momento fosse modificada, mas sim, a ordem permanente que pudesse conceder segurança a seus cidadãos.

Bibliografia

-Documentos

- **Periódicos**

Correo Del Orinoco,nº 19 – 20 de Fevereiro de 1819)

Jornal A Torre de Babel, nº: 05- 16 de Janeiro de1833).

A arca de Noé (1833)

A barca de São Pedro (1848)

O Raio de Júpiter (1836)

*Disponíveis na **Biblioteca Nacional**: Obras raras/ Microfilmagem. E no **Instituto Abreu e Lima**.

- **Cartas**

VILA, MANUEL PEREZ. **Bolívar y suépoca:cartas y testimonios de extranjerosnotables**. Décima conferencia interamericana.n.10.tomo I,1953,p 53-55

MIJARES, Augusto;VILA,MANUELPEREZ.SimonBolivar: O Libertador. Biblioteca Ayacucho.2007.p316

- **Artigos/Livros**

ABREU E LIMA, José Inácio de. **Bosquejo histórico, político e literário do Império do Brasil**.Nitéroi: Tipografia Niterói do Rego e Companhia, 1835.

ABREU E LIMA, José Inácio de. **Resumen Histórico de la última dictadura Del Libertador Simon Bolívar: Comprobada com documentos**.Caracas. 1922

-Livros

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “O aprendizado da colonização”. In **o trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. SP: Cia das Letras, 2000, p.11-42.

BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina: América Latina colonial**, volume II. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

_____. **História da América Latina: da independência até 1870**, volume III. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina. Males de Origem**. Rio de Janeiro, Topbooks, 1993.

_____. **O Brasil na América: Caracterização da formação brasileira**2. Ed- Rio de Janeiro, Topbooks 1997.

BRUIT, Héctor H. **A Invenção da América**. Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC, Belo Horizonte, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1998.

CHACON, Vamireh. **Abreu e Lima: general de Bolívar**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa, Portugal: DIFEL, 2002 .

COSTA, Emília Viottida. “Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil”. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.) **Brasil em perspectiva**. SP: DIFEL, 1985, p.64-125.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A interiorização da metrópole”. In: Carlos Guilherme Mota (org.). 1822 – **Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972

DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira: dos IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 32ªEd. RJ. Record, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12 ed. Rio de Janeiro, Lamparina, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. “Os Historiadores e a revolução da independência no Brasil” In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das; BESSONE, Tania Maria (org.). **Dimensões políticas do Império do Brasil**. RJ: Contra Capa, 2012, p.93-112.

O`GORMAN, Edmundo. **A Invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do novo mundo e do sentido do seu devir**. São Paulo, UNESP, 1992.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “**O Brasil e a distante América do Sul**”. Revista de História, no. 145, 2º semestre de 2001.

_____. **“Repensando a História Comparada da América Latina”**. Revista de História, no. 153, 2º Semestre de 2005.

_____. **América Latina no século XIX: tramas, telas e textos**. São Paulo: Edusp/Edusc, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. "Sentido da colonização", "Organização Social". In: **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. SP: Cia das Letras, 2011, p.13-29; p.285-315.

PRADO, Maria Ligia; PELLEGRINO, Gabriela. **História da América Latina**. São Paulo, Contexto. 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonidade do poder, eurocentrismo e América Latina, In: LANDER, Edgardo (Org), **A Colonidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-Americanas**. CLACSO, Buenos Aires, 2005, p.227-278.

RIBEIRO, Gladys Sabina. "As possibilidades de liberdade na época da independência". In: **A liberdade em construção: Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. RJ: FAPERJ/RelumeDumará, 2002 p. 299-325.

RINALDI, Selma. **Para Formar os brasileiros. O compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil**. São Paulo. 2007.

RODRIGUES, José Honório. **A pesquisa histórica no Brasil: Sua evolução e problemas atuais**. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. Trad. Tomás R. Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SOUZA, Ailton de. **América Latina, conceito e identidade: algumas reflexões da história**. Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, no. 4, 2011.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: A questão do outro**. 4 ed., São Paulo, WMF Martins Fontes, 2010.

WASSERMAN, Cláudia. **História da América Latina: Cinco Séculos**. 4 ed. ,Porto Alegre, UFRGS, 2003.

Site

Instituto Abreu e Lima: www.institutoabreuelina.com.br

Biblioteca Nacional: www.bn.br

Anexos

Anexo 1 : José Inácio de Abreu e Lima

Imagem disponível no acervo do Instituto Abreu e Lima



Anexo 2: Periódico A Torre de Babel – 1833

Disponível no acervo do Instituto Abreu e Lima

A TORRE DE BABEL.

CADA LAVCO COZ O ME VEM.

Banqueta prof. 5000.

Se para esta folha na Typographia de R. Ogier, rua da Cadeia n. 142, a 2000 por trimestre
pagos adiantados. Se em-se na avulso em mesma, e se de Plancher, rua do Ouvidor n. 95.

RIO DE JANEIRO, TYPOGRAPHIA DE L. OGIER.

PROSPECTO!

Na confusão de idiomas, na divergencia de opiniões, seria conveniente hum terceiro em discordia? Estou pela affirmativa, quero dizer, não sou pela conveniencia; porém como he moda publicar Periodicos (he a moda de escrever, porque isto não vem só de agora) me a tentação de ser tambem Redactor. He a unica razão plausivel que encontro para augmentar o numero dos que, á custa alheia, fustigão a consciencia do proximo com as suas proprias loucuras. — Desgracadamente he o publico quem paga essa nave de Papeis, qto como as pragas do Egypto, devorão a Capital; e como eu não tenho que fazer, quero tambem á custa do publico, moer-lhe a paciencia. Pobre Publico!! Vamos pois ao que serve. Já disse que não tenho que fazer; isto he mal de muitos, mas não me consola; por isso mesmo quero fazer alguma cousa, e começarei por hum Prospecto, depois darei o 1.º numero; immediatamente o 2.º, e por fim irei á Cadeia, porque tqdo isto entra na empresa. Que custo as vezes hum honesto passatempo!! Emfim, longe de nós semelhante agouro! e vancios ao que importa. Que direi no 1.º e no 2.º numero do meo Periodico? Os Anjos que respondão. Nem o diabo advinha o que eu tenho cá por dentro. Sem embargo, he muito natural que agide á alguns, disgaste á muitos, e por fim enfuste á todos, em cujo caso não haverá quem pague a impressão e se acaba o Periodico.

Dizem as scripturas que em certo tempo os homens começaram á fazer huma Torre em hum lugar (ou em huma Cidade, que he o mesmo) chamado Babel, com o pequeno e miseravel objecto de escalar o Céo; Deus que não tinha estudado por Vauban a arte de defender as Praças, vendo aquella arrogancia, teve medo de hum assalto repentino, por que Deos tambem tem medo, e confundio as linguas d'aquelles homens; que em linguagem mais intelligivel quer dizer, que transformou o seu idioma

em varios e distinctos dialectos para que não se podessem entender, e por consequencia se dispersassem pelo Orbe, como o fiserão depois, abandonando a empresa começada; unico meio de que se lembrou Deos naquella occasião, em que ainda não estava bem demonstrada a theoria dos tremores de terra por effeitos do castigo celestial. Ter sido n'esta epoca, com hum pequeno terremoto estava tudo acabado, e escusavamos pagar 600.000 por huma Cadeira de Francez; outro tanto por huma de Inglez &c.; e não tardará muito sem que algum illustre Deputado proposha tambem algumas Cadeiras de lingua Cabinda, Abassa, Congo, Miña &c., por que n'esta terra a Nação paga tudo, menos á quem a serve bem.

Neste estado, isto he, difundidos os homens pelo mundo, dizem que cada hum, ou cada familia formava hum povo á parte, e pelo decurso dos seculos se foram propagando, e estendendo até encontrarem-se hums com os outros, e começaram a guerrear, sem lembrarem-se que tinham huma mesma origem, e que, antes da Torre, fallavam a mesma lingua. Eu que vejo no Brasil tanto idioma differente, tanta linguagem discordante, tanto dialecto intelligivel, não posso crer senão que esta confusão nasce de alguma arrogancia, que Deos quiz castigar, fazendo com que os homens não se entendão, e vão dispersos por este novo mundo, que não he pequeno, ou pelo menos maior que o mundo do Genesis. Este he o motivo do titulo que adoptei para o meo papel. Vamos ao resto.

Não sou pobre; (isto chama-se comer sardinha e arrotar pescada) quero dizer, posso sustentar o meo papel por dous, tres ou quatro mezes pelo gosto de ser Redactor; que não he pequeno; porém acho sandice faz-lo por ostentação, e só pelo desejo de parecer mais do que sou; por tanto me parecia mais prudente dirigir-me ao RESPEITAVEL PUBLICO, e supplicar-lhe a sua benevolencia, indulgencia, paciencia e clemencia, depois da generosidade, que he o que mais me conven. Sob este pretexto he que ex

CORREO DEL ORINOCO.

N.º 1.

ANGOSTURA SABADO 27 DE JUNIO 1818. 8.º

TOM. I.

ESTADO MAYOR GENERAL.

BOLETIN

Del Estrecho Libertador de Venezuela, del día 18 de Mayo de 1818. 8.º.

La División del General Páez se dirigió á la Villa del Pao, después de la retirada del enemigo á la Villa de Cura por consecuencia de la derrota, que sufrió en Orizá. Su Excelencia creyó necesario destruir un grueso cuerpo, que con el nombre de reserva auxilió al Brigadier Real, y apoderarse además de los recursos, y comodidad, que ofrecía esta villa para conservar nuestra escuadra Caballera. Al aproximarse nuestros tropas, Real abandonó el Pao, y se retiró á Valera, etc., y la División del General Páez marchó sobre San Carlos, que ocupó, después de haber sido completamente huída la columna enemiga, que instigamente emprendió defender aquella Ciudad.

En E. estableció su Cuartel-general en San José de Tinasá el 15 de Abril, y esperó que se reunieran todos los Cuerpos, que habían estado con buena suerte en las Partidas de San Francisco de Tinasá y Buehones, con los Indios que estaban en vano insurreccionados. El 13 marchó el General Sotillo con su División á la Pao; y el 17 la columna de Calabozo á los órdenes del General Terraz, y 500 Carabobes, que se hallaban campados en el Rincón de las Arenas, fueron sorprendidos, y dispersados por el Coronel Juan López, que marchó en esta acción con una gran parte de su fuerza. El General Sotillo, á la cabeza de mil y quinientos hombres de infantería, volvió á las Llaves de Calabozo.

Los enemigos, argüidos con este último suceso, resolvieron salir contra las fuerzas del General Páez, y al efecto

el bosque por la necesidad de nuestra reserva, que no fué necesario, á pesar de los esfuerzos de sus Jefes. El campo quedó cubierto de mil calabozos, de artillería de campaña, municiones, equipajes, carpas y gran cantidad de prisioneros. El Brigadier Carrón, Jefe del Estado Mayor-general, y el Coronel González Villa, Comandante de Cañiles, han muerto entre otros Oficiales de graduación. También se Jefe del General López, aunque no se sabe positivamente. Todas las Goleas de los Dragones de la Unión, de los Húsares, y Lanceros del Rey, han muerto igualmente.

Nuestra pérdida es pequeña; pero se hace muy sensible por no haber podido obtenerse un completo vacío: conmovida nuestra marcha hacia Valera, por el estado á que la quedada reducida nuestra Caballería por sus marchas, y combates. La División del General Sotillo mantiene en tranquilidad todos los Llaves de Calabozo.

En ocho combates, que con sucesos alternados han prolongado una campaña, que debió haber sido ya terminada, se ha visto de varias partes conservar las posiciones, que respectivamente eran convenientes á los dos Ejércitos. Las Españolas fuertes en Infantería cubren las montañas; nosotros fuertes en caballería poseemos las llaves de todo el interior de Venezuela. Aunque aparentemente esta campaña parece indécisa, nada puede hacerla inclinar en favor de las armas Españolas. Ellos han perdido sus Generales, Jefes, Oficiales, y tropas Europeas, y mas de tres mil Soldados del país, todos los recursos, todos los alijos, y todas las Caballerías. Nosotros hemos sufrido la pérdida, debemos confesar, de casi de mil Infantes y quinientos Caballos, algunas tropas y municiones, y algunas buenas Oficiales; pero nosotros repetamos nuestra desgracia con la misma prontitud, que las experimentamos, en tanto que nuestros enemigos tienen sus desventajas

